

## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS .....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	14
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO .....	20
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES .....	21
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	22
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	22
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA .....	23
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	24
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	25
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS .....	28
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO .....	28
12. ATIVOS DE CONTRATO .....	30
13. INVESTIMENTOS .....	35
14. IMOBILIZADO .....	48
15. INTANGÍVEIS .....	49
16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL .....	53
17. FORNECEDORES .....	55
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES .....	55
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	56
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	60
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	60
22. PROVISÕES .....	62
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS .....	67
24. RECEITAS .....	68
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	72
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	76
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	77
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	80
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS .....	92
30. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI .....	95
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS .....	96
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR .....	111

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

### ATIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	743.809	384.397	654.804	290.995
Títulos e valores mobiliários	6	1.252.198	1.132.281	1.068.684	889.671
Consumidores e revendedores	7	727.741	910.455	608.152	797.580
Concessionários - transporte de energia	7	111.204	109.908	113.250	111.066
Tributos compensáveis	8	162.725	347.801	155.332	339.018
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	323.172	467.700	321.910	465.246
Dividendos a receber	27	40.028	117.110	191.173	117.404
Ativo financeiro da concessão	11	274.645	258.588	-	-
Ativos de contrato	12	514.731	718.430	514.731	718.430
Instrumentos financeiros derivativos	28	160.784	522.579	160.784	522.579
Outros		283.196	134.942	99.741	104.781
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>4.594.233</b>	<b>5.104.191</b>	<b>3.888.561</b>	<b>4.356.770</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e valores mobiliários	6	310.547	254.481	265.016	199.928
Consumidores e revendedores	7	9.363	6.774	2.292	2.872
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	267	10.969	-	-
Tributos compensáveis	8	55.877	54.760	24.638	23.851
Depósitos vinculados a litígios	10	160.291	160.321	151.730	151.838
Instrumentos financeiros derivativos	28	1.188.952	2.426.351	1.188.952	2.426.351
Outros		48.697	55.084	55.611	57.656
Ativo financeiro da concessão	11	3.199.719	3.106.812	816.202	816.202
Ativos de contrato	12	3.352.281	2.916.272	3.352.281	2.916.272
Investimentos	13	3.610.279	3.755.799	7.369.342	7.257.319
Imobilizado	14	2.391.603	2.405.681	1.763.848	1.773.139
Intangível	15	1.061.423	156.486	711.262	26.724
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	16a	35.713	41.884	34.163	40.018
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>15.425.012</b>	<b>15.351.674</b>	<b>15.735.337</b>	<b>15.692.170</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>20.019.245</b>	<b>20.455.865</b>	<b>19.623.898</b>	<b>20.048.940</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

### PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
<b>CIRCULANTE</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	465.419	764.810	448.771	733.520
Fornecedores	17	419.243	465.939	396.692	392.574
Imposto de renda e contribuição social	9b	106.446	128.012	-	-
Impostos, taxas e contribuições	18	143.143	165.241	116.100	149.775
Encargos regulatórios	20	182.656	172.619	166.875	160.872
Obrigações pós-emprego	21	70.528	66.206	70.528	66.206
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	27	479.093	891.998	479.093	891.998
Salários e encargos sociais		58.852	52.106	57.901	51.150
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	28	59.032	-	59.032	-
Opções de venda - SAAG	28	549.513	536.155	549.513	536.155
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16b	6.221	8.702	5.733	7.908
Outras obrigações		146.097	172.668	139.869	161.472
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>2.686.243</b>	<b>3.424.456</b>	<b>2.490.107</b>	<b>3.151.630</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	7.466.511	8.120.901	7.466.511	8.120.901
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	720.727	773.560	642.092	754.603
Impostos, taxas e contribuições	18	301.637	262.745	299.595	262.673
Encargos regulatórios	20	2.748	56.953	-	47.746
Obrigações pós-emprego	21	1.396.224	1.391.479	1.396.224	1.391.479
Provisões	22	430.735	418.548	430.441	418.261
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16b	32.680	35.841	31.523	34.678
Outras obrigações		141.747	129.211	27.412	24.798
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>10.493.009</b>	<b>11.189.238</b>	<b>10.293.798</b>	<b>11.055.139</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>13.179.252</b>	<b>14.613.694</b>	<b>12.783.905</b>	<b>14.206.769</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
	23				
Capital social		4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000
Reservas de lucros		2.072.877	2.072.877	2.072.877	2.072.877
Ajustes de avaliação patrimonial		(234.709)	(230.706)	(234.709)	(230.706)
Lucros acumulados		1.001.825	-	1.001.825	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>6.839.993</b>	<b>5.842.171</b>	<b>6.839.993</b>	<b>5.842.171</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>20.019.245</b>	<b>20.455.865</b>	<b>19.623.898</b>	<b>20.048.940</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

### PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	24	<b>3.891.093</b>	<b>3.338.166</b>	<b>3.168.498</b>	<b>2.925.679</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
<b>CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA</b>	25				
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(97.508)	(98.288)	(73.225)	(72.320)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.932.266)	(1.785.145)	(1.902.993)	(1.780.952)
		<b>(2.029.774)</b>	<b>(1.883.433)</b>	<b>(1.976.218)</b>	<b>(1.853.272)</b>
<b>OUTROS CUSTOS</b>	25				
Pessoal e administradores		(138.669)	(129.182)	(127.964)	(123.186)
Materiais		(12.772)	(4.785)	(4.815)	(2.646)
Serviços de terceiros		(61.629)	(57.307)	(42.768)	(37.601)
Depreciação e amortização		(92.709)	(95.866)	(63.061)	(66.308)
Provisões operacionais, líquidas	25c	(17.369)	(16.175)	(17.362)	(16.172)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	25e	(47.124)	(74.044)	(47.124)	(74.044)
Outros custos operacionais		(12.520)	(12.840)	(9.948)	(7.618)
		<b>(382.792)</b>	<b>(390.199)</b>	<b>(313.042)</b>	<b>(327.575)</b>
<b>CUSTOS TOTAIS</b>		<b>(2.412.566)</b>	<b>(2.273.632)</b>	<b>(2.289.260)</b>	<b>(2.180.847)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>1.478.527</b>	<b>1.064.534</b>	<b>879.238</b>	<b>744.832</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Despesas com vendas	25c	(5.579)	(16.297)	(5.592)	(4.021)
Despesas gerais e administrativas		(45.964)	(49.345)	(45.794)	(49.345)
Outras despesas operacionais		(83.368)	(93.347)	(81.205)	(84.166)
		<b>(134.911)</b>	<b>(158.989)</b>	<b>(132.591)</b>	<b>(137.532)</b>
Ganhos com repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	15	909.601	-	683.405	-
Revisão Tarifaria Periódica, líquida	12	217.063	479.703	217.063	479.703
Resultado de equivalência patrimonial	13	(122.840)	(2.395)	505.804	229.063
Ajuste referente à desvalorização em investimentos		-	-	-	(8.459)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>2.347.440</b>	<b>1.382.853</b>	<b>2.152.919</b>	<b>1.307.607</b>
Receitas financeiras	26	348.143	1.855.143	338.599	1.838.800
Despesas financeiras	26	(1.117.195)	(2.678.518)	(1.106.596)	(2.666.203)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>1.578.388</b>	<b>559.478</b>	<b>1.384.922</b>	<b>480.204</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(489.437)	(81.131)	(364.477)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	44.005	(87.004)	112.511	(88.861)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>1.132.956</b>	<b>391.343</b>	<b>1.132.956</b>	<b>391.343</b>
Lucro básico e diluído por ação – R\$	23	<b>0,39</b>	<b>0,14</b>	<b>0,39</b>	<b>0,14</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

### PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	24	<b>1.945.567</b>	<b>1.463.731</b>	<b>1.535.148</b>	<b>1.298.610</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
<b>CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA</b>	25				
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(48.588)	(48.854)	(36.674)	(35.775)
Energia elétrica comprada para revenda		(952.880)	(871.396)	(936.566)	(867.560)
		<b>(1.001.468)</b>	<b>(920.250)</b>	<b>(973.240)</b>	<b>(903.335)</b>
<b>OUTROS CUSTOS</b>	25				
Pessoal e administradores		(79.894)	(71.415)	(72.910)	(67.163)
Materiais		(8.858)	(3.080)	(3.749)	(1.863)
Serviços de terceiros		(44.597)	(39.114)	(34.584)	(28.831)
Depreciação e amortização		(49.967)	(47.605)	(32.154)	(33.076)
Provisões operacionais, líquidas	25c	(8.006)	(9.250)	(8.002)	(9.295)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	25e	(28.059)	(26.846)	(28.059)	(26.846)
Outros custos operacionais		(7.978)	(10.974)	(8.328)	(6.070)
		<b>(227.359)</b>	<b>(208.284)</b>	<b>(187.786)</b>	<b>(173.144)</b>
<b>CUSTOS TOTAIS</b>		<b>(1.228.827)</b>	<b>(1.128.534)</b>	<b>(1.161.026)</b>	<b>(1.076.479)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>716.740</b>	<b>335.197</b>	<b>374.122</b>	<b>222.131</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Despesas com vendas	25c	(6.691)	(12.754)	(6.565)	(478)
Despesas gerais e administrativas		(6.092)	(6.986)	(5.922)	(6.986)
Outras despesas operacionais		(55.745)	(40.103)	(56.649)	(32.050)
		<b>(68.528)</b>	<b>(59.843)</b>	<b>(69.136)</b>	<b>(39.514)</b>
Ganhos com repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	15	909.601	-	683.405	-
Revisão Tarifaria Periódica, líquida		211.247	479.703	211.247	479.703
Resultado de equivalência patrimonial		(119.347)	(7.852)	317.265	67.930
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos		-	-	-	(8.459)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>1.649.713</b>	<b>747.205</b>	<b>1.516.903</b>	<b>721.791</b>
Receitas financeiras	26	1.076.073	517.292	1.069.593	509.323
Despesas financeiras	26	(647.878)	(650.994)	(643.668)	(647.403)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>2.077.908</b>	<b>613.503</b>	<b>1.942.828</b>	<b>583.711</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(431.974)	(31.482)	(364.477)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	(201.605)	(175.354)	(134.022)	(177.044)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>1.444.329</b>	<b>406.667</b>	<b>1.444.329</b>	<b>406.667</b>
Lucro básico e diluído por ação – R\$	23	0,50	0,14	0,50	0,14

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020**  
**(Em milhares de reais)**

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.132.956	391.343	1.132.956	391.343
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>1.132.956</u>	<u>391.343</u>	<u>1.132.956</u>	<u>391.343</u>

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020**  
**(Em milhares de reais)**

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.444.329	406.667	1.444.329	406.667
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>1.444.329</u>	<u>406.667</u>	<u>1.444.329</u>	<u>406.667</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>2.600.000</b>	<b>2.757.210</b>	<b>(221.009)</b>	<b>211.640</b>	<b>5.347.841</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	391.343	391.343
Reserva de incentivos fiscais	-	877	-	(877)	-
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	(4.427)	4.427	-
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 (Reapresentado)</b>	<b>2.600.000</b>	<b>2.758.087</b>	<b>(225.436)</b>	<b>606.533</b>	<b>5.739.184</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>4.000.000</b>	<b>2.072.877</b>	<b>(230.706)</b>	-	<b>5.842.171</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	1.132.956	1.132.956
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	(4.003)	4.003	-
Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio (nota 23)	-	-	-	(135.134)	(135.134)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021</b>	<b>4.000.000</b>	<b>2.072.877</b>	<b>(234.709)</b>	<b>1.001.825</b>	<b>6.839.993</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro líquido do período		1.132.956	391.343	1.132.956	391.343
Ajustes por:					
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:</b>					
Depreciação e amortização	25	97.012	104.175	67.612	74.617
Baixas de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível		237	1.714	237	721
Ganhos com repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	15	(909.601)	-	(683.405)	-
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	11 e 12	(532.533)	(291.675)	(289.129)	(145.263)
Equivalência patrimonial	13	122.840	2.395	(505.804)	(229.063)
Ajuste referente à desvalorização em investimentos	13	-	-	-	8.459
Provisão para perda no valor recuperável de intangível	15	-	8.459	-	-
Juros e variações monetárias		469.238	484.156	465.544	480.190
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	19	(291.750)	2.167.950	(291.750)	2.167.950
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP	12	(238.815)	(528.598)	(238.815)	(528.598)
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	19	10.520	5.982	10.520	5.982
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	(44.005)	87.004	(112.511)	88.861
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS	8a	(2.063)	(7.859)	(1.881)	(7.549)
Provisões para perdas operacionais, líquidas	25b	22.948	32.472	22.954	20.193
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	28	612.765	(1.800.960)	612.765	(1.800.960)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	28	13.358	22.800	13.358	22.800
Obrigações pós-emprego	21	53.703	52.901	53.703	52.901
Outros		17.723	43.680	18.039	43.680
		<b>534.533</b>	<b>775.939</b>	<b>274.393</b>	<b>646.264</b>
<b>(Aumento) redução de ativos</b>					
Consumidores e revendedores		174.546	179.953	184.416	184.571
Tributos compensáveis		5.072	(4.717)	3.830	(889)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(15.280)	(13.154)	(9.009)	(7.079)
Concessionários e transporte de energia		(1.296)	3.422	(2.184)	3.421
Depósitos vinculados a litígios		973	198.063	1.045	193.342
Dividendos recebidos		100.177	104.856	340.677	104.856
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato	11 e 12	430.074	331.808	295.634	200.174
Outros		(130.827)	30.614	17.809	42.511
		<b>563.439</b>	<b>830.845</b>	<b>832.218</b>	<b>720.907</b>
<b>Aumento (redução) de passivos</b>					
Fornecedores		(46.696)	(44.340)	4.118	(37.858)
Impostos, taxas e contribuições		154.686	87.012	141.137	75.561
Imposto de renda e contribuição social a pagar		489.437	81.131	364.477	-
Salários e contribuições sociais		6.746	3.779	6.751	3.838
Encargos regulatórios		(44.168)	5.191	(41.743)	3.352
Obrigações pós-emprego	21	(44.636)	(29.035)	(44.636)	(29.035)
Outros		(22.771)	23.463	(29.599)	(11.098)
		<b>492.598</b>	<b>127.201</b>	<b>400.505</b>	<b>4.760</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>1.590.570</b>	<b>1.733.985</b>	<b>1.507.116</b>	<b>1.371.931</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(194.376)	(144.394)	(55.313)	-
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(473.604)	(428.540)	(473.150)	(428.540)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	28	888.642	177.086	888.642	177.086
Juros pagos de arrendamentos	16	(185)	(213)	(173)	(208)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>1.811.047</b>	<b>1.337.924</b>	<b>1.867.122</b>	<b>1.120.269</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aportes em investimentos	13b	(732)	(75)	(20.982)	(75)
Imobilizado	14	(71.924)	(63.225)	(53.423)	(28.321)
Intangível	15	(3.037)	(1.072)	(3.037)	(1.072)
Títulos e valores mobiliários		(175.983)	(738.867)	(244.101)	(568.933)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(251.676)</b>	<b>(803.239)</b>	<b>(321.543)</b>	<b>(598.401)</b>

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(527.769)	-	(527.769)	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(666.560)	(488.920)	(648.780)	(488.920)
Pagamentos de arrendamentos	16	(5.630)	(8.806)	(5.221)	(8.491)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(1.199.959)</b>	<b>(497.726)</b>	<b>(1.181.770)</b>	<b>(497.411)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	384.397	211.608	290.995	136.208
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO</b>		<b>743.809</b>	<b>248.567</b>	<b>654.804</b>	<b>160.665</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

### PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)
<b>RECEITAS</b>				
Venda de energia e serviços	4.252.746	3.781.106	3.664.160	3.435.413
Receita de construção	62.134	104.056	62.134	104.056
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	274.119	115.252	274.119	115.252
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	243.404	146.412	-	-
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	238.815	528.598	238.815	528.598
Investimentos em imobilizado	41.232	29.645	41.232	29.645
Ajuste para perdas em créditos de liquidação duvidosa	(5.579)	(16.297)	(5.592)	(4.021)
Outras receitas, líquidas	17	-	17	-
	<b>5.106.888</b>	<b>4.688.772</b>	<b>4.274.885</b>	<b>4.208.943</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Energia elétrica comprada para revenda	(2.124.826)	(1.959.789)	(2.093.689)	(1.955.140)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(106.692)	(107.304)	(80.630)	(79.667)
Serviços de terceiros	(133.481)	(112.800)	(114.611)	(93.083)
Materiais	(45.257)	(62.207)	(37.300)	(60.067)
Concessão onerosa	(1.678)	(1.387)	(1.673)	(1.382)
Outros custos operacionais	(44.430)	(62.058)	(40.938)	(48.768)
	<b>(2.456.364)</b>	<b>(2.305.545)</b>	<b>(2.368.841)</b>	<b>(2.238.107)</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>2.650.524</b>	<b>2.383.227</b>	<b>1.906.044</b>	<b>1.970.836</b>
<b>RETENÇÕES</b>				
Depreciação e amortização	(97.012)	(104.175)	(67.612)	(74.617)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>2.553.512</b>	<b>2.279.052</b>	<b>1.838.432</b>	<b>1.896.219</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Ganhos com repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	909.601	-	683.405	-
Resultado de equivalência patrimonial	(122.840)	(2.395)	505.804	229.063
Receitas financeiras	348.143	1.855.143	338.599	1.838.800
Ajuste referente à desvalorização em investimentos	-	-	-	(8.459)
	<b>1.134.904</b>	<b>1.852.748</b>	<b>1.527.808</b>	<b>2.059.404</b>
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>3.688.416</b>	<b>4.131.800</b>	<b>3.366.240</b>	<b>3.955.623</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
		%		%
<b>Empregados</b>	<b>199.001</b>	<b>5,39</b>	<b>195.298</b>	<b>4,72</b>
Remuneração direta	117.418	3,18	111.025	2,69
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	66.996	1,82	65.420	1,58
FGTS	8.419	0,23	7.505	0,18
Programa de desligamento voluntário programado	6.168	0,16	11.348	0,27
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>1.237.847</b>	<b>33,56</b>	<b>863.890</b>	<b>20,91</b>
Federais	887.927	24,07	587.731	14,22
Estaduais	342.554	9,29	272.611	6,60
Municipais	7.366	0,20	3.548	0,09
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>1.118.612</b>	<b>30,33</b>	<b>2.681.269</b>	<b>64,90</b>
Juros	1.117.195	30,29	2.678.518	64,83
Aluguéis	1.417	0,04	2.751	0,07
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>1.132.956</b>	<b>30,72</b>	<b>391.343</b>	<b>9,47</b>
Juros sobre o capital próprio	135.134	3,67	-	-
Lucros retidos	997.822	27,05	391.343	9,47
	<b>3.688.416</b>	<b>100,00</b>	<b>4.131.800</b>	<b>100,00</b>
			<b>3.366.240</b>	<b>100,00</b>
				<b>3.955.623</b>
				<b>100,00</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

##### a) A Companhia

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui também participação em 83 usinas, sendo 76 hidrelétricas, 6 eólicas e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.778 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).

A Companhia possui participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto e coligadas, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## b) Covid-19

### Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia.

A Cemig criou em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, visando contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Desde o início da pandemia, no intuito de minimizar a queda na liquidez dos consumidores livres, a Companhia vem estabelecendo negociações para recebimento em parcelas dos valores devidos, garantindo o valor presente dos créditos. Da mesma forma, tem realizado negociações com os seus fornecedores de energia elétrica para diferimento dos pagamentos, garantindo a preservação da liquidez da Companhia.

### Impacto nas informações contábeis intermediárias

Desde março de 2020, a Companhia está acompanhando os impactos da pandemia do Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, com a implementação de uma série de medidas para preservar a saúde de seus empregados e apoiar na prevenção do novo Coronavírus em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença.

Em função da retração da atividade industrial e comercial, nos primeiros trimestres de 2020, houve maior impacto da pandemia no negócio de comercialização de energia, com a utilização da flexibilidade nos contratos pelos nossos grandes clientes, o que afetou o resultado desse negócio. Esses impactos foram temporários e já no quarto trimestre de 2020 observamos a retomada do consumo aos níveis próximos dos previstos. Adicionalmente, alguns fatores indicam perspectivas favoráveis para a economia em 2021, como a recuperação parcial da confiança dos agentes econômicos, as medidas de preservação do emprego e da renda e o prognóstico de avanço da campanha de vacinação.

Em 30 de junho de 2021, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, cujos principais impactos estão descritos a seguir:

- A Companhia avaliou se a maior pressão nas taxas de câmbio combinada à ausência de liquidez no mercado financeiro terá impacto negativo no instrumento financeiro derivativo contratado para proteger as suas operações dos riscos advindos da variação da moeda estrangeira. Diante das condições de mercado atuais, a variação no valor justo do instrumento derivativo, que considera projeções futuras de taxa cambial e juros, e as liquidações semestrais do “swap” não foram suficientes para compensar integralmente a exposição à variação cambial do principal da dívida, gerando uma despesa financeira líquida de R\$321 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. As projeções de longo prazo indicam uma depreciação do dólar em relação à cotação atual, que caso venha a se confirmar, representará uma diminuição nas despesas de variação cambial da Companhia. Adicionalmente, a Companhia iniciou estudos e contratações de forma a tomar ações direcionadas à gestão prudente dos seus passivos e reduzir o risco de liquidez e de exposição ao dólar. Em 19 de julho de 2021, foi iniciada a oferta de aquisição em dinheiro, por parte da Companhia (“Tender Offer”), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, remunerados a 9,25% ao ano, no montante principal de até US\$500 milhões. Em 30 de julho de 2021, foram recebidas ofertas de titulares de Notes representando o montante total de US\$774 milhões, tendo sido aceitas, em base pro rata, até o montante máximo de US\$500 milhões. A data da liquidação ocorreu em 05 de agosto de 2021. No contexto da implantação do “Cash tender”, em 07 e 08 de junho de 2021, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$500 milhões, apurando-se, em favor da Companhia o valor de R\$774 milhões. Para mais informações, ver nota explicativa nº 28 (b);
- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia implementou negociações com seus consumidores, o que permitiu que o impacto da retração econômica sobre a inadimplência dos grandes consumidores livres não fosse relevante;
- As premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor recuperável de seus investimentos relevantes em controladas, controladas em conjunto e coligadas não foram influenciadas significativamente pela pandemia Covid-19, uma vez que os fluxos de caixa destas investidas são majoritariamente advindos da exploração econômica de longo prazo de direitos de operação comercial de atividade regulada. Portanto, não foram registrados ajustes para redução ao valor recuperável das suas investidas controladas, coligadas e controladas em conjunto, em razão do atual cenário econômico;

- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos;
- A Companhia avaliou o comportamento das taxas de juros e de desconto que são base para o cálculo das Obrigações Pós-Emprego, e entendeu que estas não são afetadas de forma relevante por questões conjunturais de curto e médio prazos, uma vez que as principais premissas utilizadas são de longo prazo; e
- A Administração da Companhia efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº 28.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas informações contábeis intermediárias foram baseados nas melhores estimativas da Companhia e não se espera impactos significativos da pandemia no longo prazo.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1 Declaração de Conformidade**

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2021.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 16 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias.

## 2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e nas Informações Contábeis Intermediárias

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2020	30/06/2021	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	3	Princípios da consolidação
4	4	Das concessões e autorizações
5	29	Segmentos operacionais
6	5	Caixa e equivalentes de caixa
7	6	Títulos e valores mobiliários
8	7	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
9	8	Tributos compensáveis
10	9	Imposto de renda e contribuição social
11	10	Depósitos vinculados a litígios
12	11	Ativos financeiros da concessão
13	12	Ativos de contrato
14	13	Investimentos
15	14	Imobilizado
16	15	Intangíveis
17	16	Operações de arrendamento mercantil
18	17	Fornecedores
19	18	Impostos, taxas e contribuições
22	19	Empréstimos, financiamentos e debêntures
21	20	Encargos regulatórios
22	21	Obrigações pós-emprego
23	22	Provisões
24	23	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
25	24	Receitas
26	25	Custos e despesas operacionais
27	26	Receitas e despesas financeiras
28	27	Transações com partes relacionadas
29	28	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
-	30	Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI
30	-	Eventos subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número das notas explicativas	Título das notas explicativas
30	Seguros
31	Obrigações contratuais

### 2.3 Aplicação retrospectiva de política contábil e reclassificação de itens nas informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2020, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP, fixando o reposicionamento da Receita Anual Permitida – RAP, a ser aplicado sobre a receita vigente em 1º de julho de 2018. Nesse processo de revisão tarifária, foram considerados os resultados e critérios definidos pelo Órgão Regulador na formulação da regulação a ser aplicada para os ativos da rede básica. Entre eles, foi determinada a sujeição da integralidade dos valores da RBSE a mecanismos de medição de eficiência operacional, retirando o seu caráter indenizatório, o que esclareceu certos elementos adicionais para determinação da política contábil, ainda incertos em 2018, época em que a RTP deveria ter ocorrido e em que a Companhia realizou a adoção inicial do CPC 47/IFRS 15. Assim, a Companhia decidiu pela aplicação retrospectiva dos seguintes pontos, em consonância com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020, contendo os procedimentos a serem adotados pelas empresas do setor de transmissão de energia no Brasil: (i) classificação como ativo de contrato dos ativos da RBSE, relativos à renovação da concessão amparada na Lei 12.783/14, (ii) alocação da margem às obrigações de performance do contrato de concessão, (iii) determinação da taxa implícita de desconto a ser considerada para reconhecimento da remuneração financeira.

Dessa forma, a Companhia utilizou-se do método retrospectivo, com efeito cumulativo reconhecido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, nos termos dos itens 14 e 22 do CPC 23/IAS 08 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, assim como nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2020, conforme apresentado a seguir.

Os ajustes realizados nas informações contábeis intermediárias reapresentadas em decorrência da mudança na política contábil foram relacionados a:

- Alocação de margem de lucratividade à obrigação de performance de construção da infraestrutura de transmissão, com base na abordagem do custo esperado mais margem;
- Uniformização do parâmetro para definição da taxa implícita utilizada no cálculo do componente financeiro do contrato;
- Reclassificação da parcela financeira do ativo de RBSE para ativo de contrato, haja vista a inclusão da contraprestação associada a esses ativos à base de remuneração regulatória, sujeitando-os aos mecanismos de eficiência da obrigação de performance de operação e manutenção; e
- Efeitos tributários correntes e diferidos de PIS/Pasep e Cofins no cálculo das receitas dos contratos.

Os principais efeitos nas informações contábeis intermediárias reapresentadas para efeito comparativo em função da mudança de política contábil são demonstrados a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Consolidado			Controladora		
	Jan a Jun/2020			Jan a Jun/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA (1)	3.789.694	(451.528)	3.338.166	3.377.207	(451.528)	2.925.679
CUSTOS OPERACIONAIS	(1.883.433)	-	(1.883.433)	(1.853.272)	-	(1.853.272)
OUTROS CUSTOS	(390.199)	-	(390.199)	(327.575)	-	(327.575)
CUSTO TOTAL	(2.273.632)	-	(2.273.632)	(2.180.847)	-	(2.180.847)
LUCRO BRUTO	1.516.062	(451.528)	1.064.534	1.196.360	(451.528)	744.832
DESPESAS OPERACIONAIS (2)	(170.767)	11.778	(158.989)	(149.310)	11.778	(137.532)
Revisão Tarifária Periódica, líquida (3)	-	479.703	479.703	-	479.703	479.703
Resultado de equivalência patrimonial	(2.395)	-	(2.395)	229.063	-	229.063
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	-	-	-	(8.459)	-	(8.459)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>1.342.900</b>	<b>39.953</b>	<b>1.382.853</b>	<b>1.267.654</b>	<b>39.953</b>	<b>1.307.607</b>
Resultado financeiro	(823.375)	-	(823.375)	(827.403)	-	(827.403)
Resultado antes dos impostos	519.525	39.953	559.478	440.251	39.953	480.204
Imposto de renda e contribuição social correntes	(81.131)	-	(81.131)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (4)	(73.420)	(13.584)	(87.004)	(75.277)	(13.584)	(88.861)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>364.974</b>	<b>26.369</b>	<b>391.343</b>	<b>364.974</b>	<b>26.369</b>	<b>391.343</b>
Lucro por ação – R\$	0,13	0,01	0,14	0,13	0,01	0,14

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Consolidado			Controladora		
	Abr a Jun/2020			Abr a Jun/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA (1)	1.898.028	(434.297)	1.463.731	1.732.907	(434.297)	1.298.610
CUSTOS OPERACIONAIS	(920.250)	-	(920.250)	(903.335)	-	(903.335)
OUTROS CUSTOS	(208.284)	-	(208.284)	(173.144)	-	(173.144)
CUSTO TOTAL	(1.128.534)	-	(1.128.534)	(1.076.479)	-	(1.076.479)
LUCRO BRUTO	769.494	(434.297)	335.197	656.428	(434.297)	222.131
DESPESAS OPERACIONAIS (2)	(71.491)	11.648	(59.843)	(51.162)	11.648	(39.514)
Revisão Tarifária Periódica, líquida (3)	-	479.703	479.703	-	479.703	479.703
Resultado de equivalência patrimonial	(7.852)	-	(7.852)	67.930	-	67.930
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	-	-	-	(8.459)	-	(8.459)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>690.151</b>	<b>57.054</b>	<b>747.205</b>	<b>664.737</b>	<b>57.054</b>	<b>721.791</b>
Resultado financeiro	(133.702)	-	(133.702)	(138.080)	-	(138.080)
Resultado antes dos impostos	556.449	57.054	613.503	526.657	57.054	583.711
Imposto de renda e contribuição social correntes	(31.482)	-	(31.482)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (4)	(155.956)	(19.398)	(175.354)	(157.646)	(19.398)	(177.044)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>369.011</b>	<b>37.656</b>	<b>406.667</b>	<b>369.011</b>	<b>37.656</b>	<b>406.667</b>
Lucro por ação – R\$	0,13	0,01	0,14	0,13	0,01	0,14

- (1) Refere-se ao reconhecimento da margem associada à obrigação de performance dos serviços de construção da infraestrutura de transmissão, bem como ao ajuste do componente financeiro do contrato e do resultado da revisão tarifária periódica, que havia sido considerado em receita operacional no 2º trimestre de 2020.
- (2) Refere-se à reversão de perdas esperadas registradas em outras despesas em períodos anteriores.
- (3) O resultado da revisão tarifária periódica foi classificado em outras receitas operacionais, para não impactar a margem líquida do período.
- (4) Refere-se aos tributos diferidos sobre os ajustes realizados.

Demonstração do resultado abrangente	Consolidado			Controladora		
	Jan a Jun/2020			Jan a Jun/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	364.974	26.369	391.343	364.974	26.369	391.343
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	364.974	26.369	391.343	364.974	26.369	391.343

Demonstração do resultado abrangente	Consolidado			Controladora		
	Abr a Jun/2020			Abr a Jun/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	369.011	37.656	406.667	369.011	37.656	406.667
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>369.011</b>	<b>37.656</b>	<b>406.667</b>	<b>369.011</b>	<b>37.656</b>	<b>406.667</b>

Demonstração do fluxo de caixa	Consolidado			Controladora		
	Jan a Jun/2020			Jan a Jun/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>						
Lucro líquido do período (1)	364.974	26.369	391.343	364.974	26.369	391.343
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>						
Impostos de renda e contribuição social diferidos (2)	73.420	13.584	87.004	75.277	13.584	88.861
Provisão para redução no valor recuperável de ativo de contrato e baixa de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível (3)	2.317	(603)	1.714	1.324	(603)	721
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de contrato	11.175	(11.175)	-	11.175	(11.175)	-
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão (4)	(228.351)	(63.324)	(291.675)	(81.939)	(63.324)	(145.263)
Ajustes decorrentes da revisão periódica da RAP	(429.840)	(98.758)	(528.598)	(429.840)	(98.758)	(528.598)
PIS/Pasep e Cofins diferidos sobre receitas de transmissão (5)	-	43.680	43.680	-	43.680	43.680
Outros	1.072.471	-	1.072.471	795.520	-	795.520
	<b>866.166</b>	<b>(90.227)</b>	<b>775.939</b>	<b>736.491</b>	<b>(90.227)</b>	<b>646.264</b>
<b>(Aumento) Redução de ativos</b>						
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato (6)	241.581	90.227	331.808	109.947	90.227	200.174
Outros	499.037	-	499.037	520.733	-	520.733
	<b>740.618</b>	<b>90.227</b>	<b>830.845</b>	<b>630.680</b>	<b>90.227</b>	<b>720.907</b>
<b>Aumento (redução) de passivos</b>	<b>127.201</b>	<b>-</b>	<b>127.201</b>	<b>4.760</b>	<b>-</b>	<b>4.760</b>
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>1.733.985</b>	<b>-</b>	<b>1.733.985</b>	<b>1.371.931</b>	<b>-</b>	<b>1.371.931</b>
Outros	(396.061)	-	(396.061)	(251.662)	-	(251.662)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>1.337.924</b>	<b>-</b>	<b>1.337.924</b>	<b>1.120.269</b>	<b>-</b>	<b>1.120.269</b>

- (1) Ajuste da aplicação retrospectiva de política contábil no resultado para o período findo em 30 de junho de 2020;
- (2) Refere-se aos tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre os ajustes realizados;
- (3) Outros ajustes imateriais referentes a provisões para perdas e transferências;
- (4) Ajuste da margem associada à obrigação de performance dos serviços de construção da infraestrutura de transmissão, bem como a o ajuste do componente financeiro do contrato e do resultado da revisão tarifária periódica;
- (5) Impactos de PIS/Pasep e Cofins no cálculo das receitas dos contratos, incluindo o diferimento destes tributos;
- (6) Ajuste sobre os recebimentos vinculados ao ativo de contrato, tendo em vista a realocação da contraprestação à obrigação de performance de construção.

Demonstração do valor adicionado	Consolidado			Controladora		
	Jan a Jun/2020			Jan a Jun/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
RECEITAS (1)	4.616.917	71.855	4.688.772	4.137.088	71.855	4.208.943
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (2)	(2.317.323)	11.778	(2.305.545)	(2.249.885)	11.778	(2.238.107)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>2.299.594</b>	<b>83.633</b>	<b>2.383.227</b>	<b>1.887.203</b>	<b>83.633</b>	<b>1.970.836</b>
RETENÇÕES	(104.175)	-	(104.175)	(74.617)	-	(74.617)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>2.195.419</b>	<b>83.633</b>	<b>2.279.052</b>	<b>1.812.586</b>	<b>83.633</b>	<b>1.896.219</b>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.852.748	-	1.852.748	2.059.404	-	2.059.404
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>4.048.167</b>	<b>83.633</b>	<b>4.131.800</b>	<b>3.871.990</b>	<b>83.633</b>	<b>3.955.623</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>						
Empregados	195.298	-	195.298	189.473	-	189.473
Impostos, taxas e contribuições (3)	806.626	57.264	863.890	649.499	57.264	706.763
Remuneração de capitais de terceiros	2.681.269	-	2.681.269	2.668.044	-	2.668.044
Remuneração de capitais próprios	364.974	26.369	391.343	364.974	26.369	391.343
	<b>4.048.167</b>	<b>83.633</b>	<b>4.131.800</b>	<b>3.871.990</b>	<b>83.633</b>	<b>3.955.623</b>

- (1) Refere-se ao reconhecimento da margem associada à obrigação de performance dos serviços de construção da infraestrutura de transmissão, bem como a ajuste do componente financeiro do contrato e do resultado da revisão tarifária periódica;
- (2) Refere-se à reversão de perdas esperadas registradas em outras despesas em períodos anteriores;
- (3) Refere-se aos tributos diferidos sobre as receitas reconhecidas e ajustes no resultado (PIS/Pasep, Cofins, IRPJ e CSLL).

Foram reconhecidos os tributos diferidos incidentes sobre os ajustes realizados.

Não há nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o período findo em 30 de junho de 2020. Todos os efeitos da reapresentação impactaram somente o segmento de transmissão, apresentados na nota explicativa nº 29.

### 3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e a sua participação direta é como segue:

Sociedades controladas	30/06/2021 e 31/12/2020	
	Forma de avaliação	Participação direta (%)
Cemig Baguari Energia S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Três Marias S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação	100
Sá Carvalho S.A.	Consolidação	100
Horizontes Energia S.A.	Consolidação	100
Rosal Energia S.A.	Consolidação	100
Cemig PCH S.A.	Consolidação	100
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	Consolidação	100
Cemig Trading S.A.	Consolidação	100
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	Consolidação	100
Central Eólica Volta do Rio S.A.	Consolidação	100

## 4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
<b>GERAÇÃO</b>			
<b>Usinas hidrelétricas</b>			
Emborcação (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Poço Fundo (1) (7)	Cemig Geração Poço Fundo	01/2021	08/2045
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)			07/2025
Salto Voltão (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Três Marias (3)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (3)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (3)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (3)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (3)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (3)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (3)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
<b>Usinas Termelétricas</b>			
Igarapé (6)	Cemig GT	07/1997	08/2024
<b>Usinas Eólicas</b>			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (4)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (4)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
<b>TRANSMISSÃO</b>			
Rede Básica (5)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (5)	Cemig GT	79/2000	10/2030

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).
- Em 17 de julho de 2020, a Companhia protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, a decisão ocorrerá após a divulgação pelo Ministério de Minas e Energia - MME e pela Aneel das condições para a prorrogação, as quais deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Proinfa. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração, que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
- Em 06 de dezembro de 2019, a Aneel suspendeu, por meio de Despacho, a operação comercial da Usina de Igarapé, mediante pleito da Companhia pela extinção antecipada da concessão desta Usina, levando à baixa do ativo nos registros contábeis desta controlada. Em fevereiro de 2021, a concessão referente à UTE Igarapé foi extinta pelo Ministério de Minas e Energia - MME, em face ao requerimento de rescisão apresentado pela Companhia.
- A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo. S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Contas bancárias	3.298	9.919	2.158	1.118
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	266.385	316.680	247.705	244.469
Overnight (2)	471.881	57.798	402.697	45.408
Outros	2.245	-	2.244	-
	<b>740.511</b>	<b>374.478</b>	<b>652.646</b>	<b>289.877</b>
	<b>743.809</b>	<b>384.397</b>	<b>654.804</b>	<b>290.995</b>

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 97,00% a 109,00% em 30 de junho de 2021 (80,00% a 107,00% em 31 de dezembro de 2020) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 4,14% a.a. em 30 de junho de 2021 (1,89% a.a. em 31 de dezembro de 2020) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	46.801	183.930	39.940	144.501
Letras financeiras (LF's) – Bancos (2)	703.950	699.325	600.741	549.412
Letras financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	498.776	246.471	425.649	193.636
Debêntures (4)	2.162	2.011	1.845	1.580
Outros	509	544	509	542
	<b>1.252.198</b>	<b>1.132.281</b>	<b>1.068.684</b>	<b>889.671</b>
<b>Não circulante</b>				
Letras financeiras (LFs) – Bancos (2)	301.540	246.121	257.330	193.360
Debêntures (4)	9.007	8.360	7.686	6.568
	<b>310.547</b>	<b>254.481</b>	<b>265.016</b>	<b>199.928</b>
	<b>1.562.745</b>	<b>1.386.762</b>	<b>1.333.700</b>	<b>1.089.599</b>

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 111,04% a 115,97% em 30 de junho de 2021 (106,00% a 110,00% em 31 de dezembro de 2020) conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 103,10% a 136,14% do CDI em 30 de junho de 2021 (99,50% a 130,00% em 31 de dezembro 2020).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 4,07% a 4,50% a.a. em 30 de junho de 2021 (1,86% a 1,90% a.a. em 31 de dezembro 2020).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1,00% a 109,00% do CDI em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 27 e 28, respectivamente.

## 7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a vencer		Vencidos			Consolidado	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	30/06/2021	31/12/2020
Industrial	18.254	291.694	14.927	12.281	46.142	383.298	340.268
Comércio, serviços e outras	4.991	71.567	5.084	4.240	1.550	87.432	102.839
Suprimento a outras concessionárias	8.320	209.163	27.823	1.037	904	247.247	319.274
Concessionários – transp. de energia	10.048	92.107	743	2.953	5.353	111.204	109.908
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	17.441	5.515	-	36.529	-	59.485	189.627
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(5.907)	-	(6.317)	(417)	(27.717)	(40.358)	(34.779)
	<b>53.147</b>	<b>670.046</b>	<b>42.260</b>	<b>56.623</b>	<b>26.232</b>	<b>848.308</b>	<b>1.027.137</b>
<b>Ativo circulante</b>						<b>838.945</b>	<b>1.020.363</b>
Consumidores e revendedores						727.741	910.455
Concessionários – Transp. energia						111.204	109.908
<b>Ativo não circulante</b>						<b>9.363</b>	<b>6.774</b>
Consumidores e revendedores						9.363	6.774

	Saldos a vencer		Vencidos			Controladora	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	30/06/2021	31/12/2020
Industrial	1.822	257.557	14.927	4.137	29.983	308.426	265.425
Comércio, serviços e outras	4.991	71.567	5.084	4.240	1.550	87.432	102.839
Suprimento a outras concessionárias	4.933	161.451	16.269	906	903	184.462	260.965
Concessionários – transp. de energia	12.039	92.162	743	2.953	5.353	113.250	111.066
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	17.441	-	-	36.529	-	53.970	189.477
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(6.317)	(417)	(17.112)	(23.846)	(18.254)
	<b>41.226</b>	<b>582.737</b>	<b>30.706</b>	<b>48.348</b>	<b>20.677</b>	<b>723.694</b>	<b>911.518</b>
<b>Ativo circulante</b>						<b>721.402</b>	<b>908.646</b>
Consumidores e revendedores						608.152	797.580
Concessionários – Transp. energia						113.250	111.066
<b>Ativo não circulante</b>						<b>2.292</b>	<b>2.872</b>
Consumidores e revendedores						2.292	2.872

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 28.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação no período é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2020	34.779	18.254
Constituição de provisão, líquida (nota 25c)	5.579	5.592
Saldos em 30 de junho de 2021	<b>40.358</b>	<b>23.846</b>

## 8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>				
ICMS a recuperar	10.100	12.325	5.419	6.809
Cofins (a) (b)	111.722	259.102	109.571	256.627
PIS/Pasep (a) (b)	24.525	56.682	23.969	55.893
INSS	15.602	14.698	15.602	14.698
Outros	776	4.994	771	4.991
	<b>162.725</b>	<b>347.801</b>	<b>155.332</b>	<b>339.018</b>
<b>Não circulante</b>				
ICMS a recuperar (b)	24.835	23.850	24.638	23.851
Cofins (a)	25.445	24.983	-	-
PIS/Pasep (a)	5.597	5.496	-	-
Outros	-	431	-	-
	<b>55.877</b>	<b>54.760</b>	<b>24.638</b>	<b>23.851</b>
	<b>218.602</b>	<b>402.561</b>	<b>179.970</b>	<b>362.869</b>

### a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de esta excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Dessa forma, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Adicionalmente, transitaram em julgado com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho S.A., Cemig Geração Poço Fundo S.A. (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia S.A..

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgada em favor da Companhia em 2019.

A Companhia está recuperando os créditos tributários por meio de compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos, tendo iniciado as compensações no mês de maio de 2020.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, cuja produção tenha se dado após 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado, conforme critério de registro adotado pela Companhia.

Diante disso, a Companhia possui registrado no ativo circulante o valor dos créditos cuja expectativa de compensação não ultrapassa o prazo de 12 meses, nos montantes de R\$23.050 e R\$106.170 para PIS/Pasep e Cofins, respectivamente, com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação. O valor dos créditos das controladas está registrado no ativo não circulante considerando que ainda não foram homologados pela Receita Federal.

No primeiro semestre de 2021, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no montante de R\$180.950 (R\$328.750 no exercício de 2020).

#### b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas informações contábeis intermediárias.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no período corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do período fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda	278.365	342.199	277.355	340.293
Contribuição social	44.807	125.501	44.555	124.953
	<b>323.172</b>	<b>467.700</b>	<b>321.910</b>	<b>465.246</b>
<b>Não circulante</b>				
Imposto de renda	516	-	-	-
	<b>516</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Companhia e suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda	78.277	92.948
Contribuição social	28.169	35.064
	<b>106.446</b>	<b>128.012</b>

## c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	123.844	284.526	123.844	284.526
Obrigações pós-emprego	465.757	459.381	465.757	459.381
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	11.196	11.169	8.108	6.206
Provisões para contingências	118.278	114.343	118.223	114.288
Provisão put SAAG	186.834	182.293	186.834	182.293
Provisão para perdas em investimentos	251.657	256.835	251.657	256.835
Outras provisões	35.897	41.301	35.897	41.301
Concessão onerosa	10.808	9.707	10.808	9.707
Outros	15.047	19.625	8.866	13.464
	<b>1.219.318</b>	<b>1.379.180</b>	<b>1.209.994</b>	<b>1.368.001</b>
<b>PASSIVO</b>				
Valor justo como custo atribuído na adoção das IFRS	(222.042)	(224.610)	(204.346)	(206.408)
Atualização ativo de contrato	(838.989)	(768.126)	(838.989)	(768.126)
Valor justo de participações societárias	(133.944)	(138.247)	(133.944)	(138.247)
Atualização de depósitos judiciais	(391)	(391)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	(438.839)	(1.002.636)	(438.839)	(1.002.636)
Ressarcimento de custos - GSF	(299.959)	-	(232.358)	-
Outros	(5.614)	(7.761)	(3.610)	(7.187)
	<b>(1.939.778)</b>	<b>(2.141.771)</b>	<b>(1.852.086)</b>	<b>(2.122.604)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(720.460)</b>	<b>(762.591)</b>	<b>(642.092)</b>	<b>(754.603)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>267</b>	<b>10.969</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>(720.727)</b>	<b>(773.560)</b>	<b>(642.092)</b>	<b>(754.603)</b>

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(762.591)	(754.603)
Efeitos alocados ao resultado	44.005	112.511
Outros	(1.874)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>(720.460)</b>	<b>(642.092)</b>

#### d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.578.388</b>	<b>559.478</b>	<b>1.384.922</b>	<b>480.204</b>
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	(536.652)	(190.223)	(470.873)	(163.269)
<b>Efeitos fiscais incidentes sobre:</b>				
Juros sobre o capital próprio	45.946	-	45.946	-
Incentivos fiscais	10.446	7	10.438	-
Resultado de equivalência patrimonial	(48.297)	(6.952)	168.034	74.914
Multas indedutíveis	(209)	(386)	(209)	(386)
Diferença de base de cálculo - lucro presumido x lucro real	88.467	29.336	-	-
Outros	(5.133)	83	(5.302)	(120)
<b>Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva</b>	<b>(445.432)</b>	<b>(168.135)</b>	<b>(251.966)</b>	<b>(88.861)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(489.437)	(81.131)	(364.477)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	44.005	(87.004)	112.511	(88.861)
	<b>(445.432)</b>	<b>(168.135)</b>	<b>(251.966)</b>	<b>(88.861)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>28,22%</b>	<b>30,05%</b>	<b>18,19%</b>	<b>18,50%</b>

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>2.077.908</b>	<b>613.503</b>	<b>1.942.828</b>	<b>583.711</b>
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	(706.489)	(208.591)	(660.562)	(198.462)
<b>Efeitos fiscais incidentes sobre:</b>				
Juros sobre o capital próprio	45.946	-	45.946	-
Incentivos fiscais	10.442	3	10.438	-
Resultado de equivalência patrimonial	(43.551)	(6.343)	105.901	21.613
Multas indedutíveis	(126)	(226)	(126)	(226)
Diferença de base de cálculo - lucro presumido x lucro real	60.219	8.184	-	-
Outros	(20)	137	(96)	31
<b>Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva</b>	<b>(633.579)</b>	<b>(206.836)</b>	<b>(498.499)</b>	<b>(177.044)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(431.974)	(31.482)	(364.477)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(201.605)	(175.354)	(134.022)	(177.044)
	<b>(633.579)</b>	<b>(206.836)</b>	<b>(498.499)</b>	<b>(177.044)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>30,49%</b>	<b>33,71%</b>	<b>25,66%</b>	<b>30,33%</b>

## 10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
<b>Trabalhistas</b>	<b>25.264</b>	<b>25.653</b>	<b>24.684</b>	<b>25.075</b>
<b>Fiscais</b>				
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	17.550	17.473	16.234	16.157
PIS/Pasep e Cofins (1)	6.304	6.300	-	-
IR/INSS - Indenização do anuênio (2)	67.646	67.371	67.646	67.371
IPTU	13.007	12.852	13.005	12.850
CSLL (3)	18.062	18.062	18.062	18.062
Outros	3.733	3.549	3.517	3.332
	<b>126.302</b>	<b>125.607</b>	<b>118.464</b>	<b>117.772</b>
<b>Outros</b>				
Bloqueio judicial	890	1.357	857	1.325
Regulatórios	2.955	2.931	2.955	2.931
Outros	4.880	4.773	4.770	4.735
	<b>8.725</b>	<b>9.061</b>	<b>8.582</b>	<b>8.991</b>
	<b>160.291</b>	<b>160.321</b>	<b>151.730</b>	<b>151.838</b>

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Maiores detalhes na nota explicativa nº 8a.
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 22 – Provisões (Indenização do anuênio).
- (3) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

## 11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Geração - Indenização a receber (11.1)	816.202	816.202	816.202	816.202
Geração - Bonificação pela outorga (11.2)	2.658.162	2.549.198	-	-
	<b>3.474.364</b>	<b>3.365.400</b>	<b>816.202</b>	<b>816.202</b>
<b>Circulante</b>	<b>274.645</b>	<b>258.588</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.199.719</b>	<b>3.106.812</b>	<b>816.202</b>	<b>816.202</b>

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.365.400	816.202
Atualização financeira	243.404	-
Recebimentos	(134.440)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	<b>3.474.364</b>	<b>816.202</b>

### 11.1 Geração - Indenizações a receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R\$816.202 em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído
<b>Lote D</b>				
UHE Três Marias	jul/15	396,00	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102,00	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52,00	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46,00	7.818	23.095
PCH Piauí	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14,00	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,40	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,50	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,40	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,70	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,20	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4,00	616	4.265
<b>Outras</b>				
UHE Volta Grande	fev/17	380,00	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408,00	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424,00	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710,00	1.762	2.711
		<b>3.601,70</b>	<b>203.545</b>	<b>816.202</b>

Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia não espera perdas na realização desses ativos.

Em 30 de junho de 2021, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

No ano de 2019 foi aberta a audiência pública 003/2019, para obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, que resultou na publicação, em 13 de julho de 2021, da Resolução Normativa nº 942, pela Aneel.

De acordo com a Resolução Normativa nº 942, as concessionárias deverão comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis, por meio de relatório de avaliação, até 12 de julho de 2022, podendo este prazo ser prorrogado pela Aneel por igual período. Conforme determinação do regulador, o relatório de avaliação deverá ser elaborado por uma empresa credenciada junto à Aneel, a ser contratada pela concessionária. Adicionalmente, as concessionárias devem manifestar interesse no recebimento do valor complementar até 20 de agosto de 2021, sendo esta manifestação aprovada pela Diretoria da Companhia em 03 de agosto de 2021.

O anexo I da referida Resolução detalha a metodologia e os critérios gerais para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, o qual terá como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

A Companhia está avaliando os efeitos da referida resolução e não espera perdas em seu ativo financeiro em razão da aplicação das alterações introduzidas.

## 11.2 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Companhia, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2020	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/06/2021
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.447.210	133.257	(72.235)	1.508.232
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	454.256	41.962	(22.780)	473.438
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	170.460	17.137	(9.685)	177.912
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	127.814	12.787	(7.210)	133.391
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	167.206	17.574	(10.144)	174.636
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	113.807	12.883	(7.703)	118.987
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	68.445	7.804	(4.683)	71.566
		<b>2.549.198</b>	<b>243.404</b>	<b>(134.440)</b>	<b>2.658.162</b>

A energia das usinas está sendo comercializada, desde janeiro de 2017, na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

## 12. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15 / CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de construção, operação e manutenção, são classificados como ativos de contrato e apresentam os seguintes saldos em 30 de junho de 2021:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Transmissão – Rede Básica - Lei 12.783/13	1.988.006	1.895.854	1.988.006	1.895.854
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	1.879.006	1.738.848	1.879.006	1.738.848
	<b>3.867.012</b>	<b>3.634.702</b>	<b>3.867.012</b>	<b>3.634.702</b>
<b>Circulante</b>	<b>514.731</b>	<b>718.430</b>	<b>514.731</b>	<b>718.430</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.352.281</b>	<b>2.916.272</b>	<b>3.352.281</b>	<b>2.916.272</b>

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>3.634.702</b>
Adições	62.134
Atualização financeira	274.119
Resultado da Revisão Tarifária Periódica	238.815
Recebimentos	(342.758)
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>3.867.012</b>

Os valores a receber da Companhia são decorrentes dos Contratos de Concessão nº 006/97 e nº 079/00, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		
Contrato de Concessão - 079/00 (a)	35.613	28.600
Contrato de Concessão - 006/97 (b)		
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	291.998	533.430
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	187.120	156.400
	<b>514.731</b>	<b>718.430</b>
<b>Não circulante</b>		
Contrato de Concessão - 079/00 (a)	156.529	132.589
Contrato de Concessão - 006/97 (b)		
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	1.696.008	1.362.424
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	1.499.744	1.421.259
	<b>3.352.281</b>	<b>2.916.272</b>
	<b>3.867.012</b>	<b>3.634.702</b>

#### a) Contrato de Concessão nº 006/97

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente, vigente até 31 de dezembro de 2042.

O contrato foi renovado em 04 de dezembro de 2012, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2013, em função da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, com previsão de indenização dos ativos não depreciados em 31 de dezembro de 2012.

Em 30 de junho de 2020, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP do contrato 006/1997, por meio da Resolução Homologatória nº 2.712/2020, fixando o reposicionamento da Receita Anual Permitida – RAP, a ser aplicado sobre a receita vigente em 1º de julho de 2018. Neste processo a RAP do ciclo 2018-2019 foi reposicionada em 9,13% frente a RAP provisória deste mesmo período. Embora finalizada apenas em 2020, a revisão teve efeitos retroativos a julho de 2018.

Como resultado da RTP, foi reconhecida a receita de R\$528.598 no resultado da Companhia de 2020, sendo R\$321.453 para os ativos de RBNI e R\$207.145 para os ativos da RBSE, correspondentes à prorrogação das concessões, amparada na Lei 12.783/13, que foram incluídos na base de remuneração regulatória.

Em 22 de abril de 2021, a Resolução nº 2.852 alterou o reposicionamento da RAP determinado pela Resolução nº 2.712/2020, retroativamente a 1º de julho de 2018, bem como a parcela de ajuste de Revisão, com efeitos financeiros no reajuste da RAP do ciclo 2021-2022, a vigorar de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 31 de dezembro de 2020, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3, a Companhia reclassificou para o ativo de contrato os valores registrados como ativo financeiro por ocasião da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15, referentes à parcela financeira da RBSE, que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões de transmissão até a sua incorporação à tarifa, a ser recebida no prazo de 8 anos, representando exclusivamente as parcelas não pagas no período de 2013 a 2017, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão. O valor reclassificado no período findo em 30 de junho de 2020 corresponde a R\$1.265.445.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP ocorrerá em junho de 2023, com vigência a partir de 1º de julho de 2023. O índice utilizado para corrigir o contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

#### *Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório*

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas da correção pelo custo de capital próprio real das parcelas não pagas entre 2013 e 2017 dos ativos da “Rede Básica”, devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

Em junho de 2020, em função da cassação da maioria das liminares e em cumprimento aos Pareceres de Força Executória emanados pela Procuradoria Federal junto à Aneel, foram calculados os efeitos provocados pela reversão destas liminares, para incorporação da remuneração pelo custo de capital próprio real à receita das transmissoras a partir do ciclo 2020-2021, considerando todos os efeitos retroativos, inclusive, quando da instrução processual da Revisão Periódica da RAP de 2018.

A Aneel, naquele momento, homologou, de forma precária e provisória, a inclusão da remuneração pelo custo de capital próprio real atualizado apenas pelo IPCA do período entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020, tendo em vista a necessidade de maior aprofundamento acerca das condições jurídicas para análise do recurso da Companhia, que considerava a inclusão também da remuneração pelo WACC regulatório dos períodos em que o seu recebimento esteve suspenso.

Em 06 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.852, que alterou a Resolução Homologatória nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. De acordo com o voto anexo à Resolução, em decorrência do cumprimento dos Pareceres de Força Executória emitidos pela Procuradoria Federal junto à ANEEL, o custo de capital próprio associado ao componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente.

Contudo, em função do cenário da pandemia e seus possíveis efeitos relacionados à liquidez no setor elétrico, a Aneel decidiu pelo “reperfilamento” desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação. O perfil proposto considera o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano. Dessa forma, esse componente financeiro da receita não deve ser objeto da revisão periódica de 2023, a fim de promover a estabilidade regulatória e a mitigação do risco setorial. Os efeitos no ativo de contrato classificados no curto prazo em função da redução da amortização nos ciclos 2021-2022 e 2022-2023 somam o montante de R\$276.197, reclassificados para o longo prazo.

No segundo trimestre de 2021, a Companhia reconheceu os efeitos da decisão da Aneel, consubstanciada na Resolução Homologatória 2.852/2021, a partir do recálculo do componente financeiro incluindo a remuneração do custo de capital à taxa do custo de capital próprio, em substituição à taxa do custo médio ponderado de capital regulatório, para o período de junho de 2017 a junho de 2020, e os novos valores do componente para os ciclos de 2020-2021 a 2025-2026, considerando o reperfilamento dos pagamentos, nos termos da Resolução. Considerando que a decisão da Aneel resultou em aumento do componente financeiro a ser recebido, a Companhia reconheceu os efeitos da referida resolução no 2º trimestre de 2021, no montante de R\$211.246.

## **b) Contrato de Concessão nº 079/00**

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

A Resolução Homologatória nº 2.825, de 15 de dezembro de 2020, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Transmissão de Energia Elétrica licitados que tinham previsão de Revisão Tarifária para julho de 2019. Conforme previsão contratual, somente as receitas estabelecidas provisoriamente advindas das autorizações de reforços e melhorias são revisadas. A RTP resultou no reconhecimento da receita de R\$23.254 no resultado da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em face dos resultados deliberados pela Resolução Homologatória, a Companhia apresentou pedido de reconsideração, que resultou no reconhecimento das seguintes inconsistências pela Aneel: (i) não desconto sobre o valor reavaliado das alíquotas de PIS/Pasep e Cofins relativas ao benefício do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI e; (ii) erro material no reconhecimento dos valores da taxa anual média de depreciação. Assim, os valores das RAPs e das parcelas de ajuste para o contrato nº 079/00 da Companhia foram alterados, conforme Resolução Homologatória nº 2.839, de 30 de março de 2021, gerando um ajuste positivo de R\$6.036 no ativo de contrato em 31 de março de 2021. O valor total de receita reconhecida no resultado do primeiro trimestre de 2021 em relação à revisão tarifária, líquido de tributos incidentes é de R\$5.816.

Estes novos valores irão compor a nova RAP a partir do reajuste do ciclo 2021-2022, sendo a Parcela de Ajuste referente a retroatividade da RAP paga em 3 prestações nos próximos reajustes da receita.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024. O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

### 13. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
<b>Coligadas</b>				
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	116.762	209.374	116.762	209.374
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	82.168	157.476	82.168	157.476
<b>Controladas em conjunto</b>				
Hidrelétrica Cachoeirão	50.173	53.215	50.173	53.215
Guanhães Energia	131.401	131.391	131.401	131.391
Hidrelétrica Pipoca	40.179	35.552	40.179	35.552
Lightger	55.227	51.805	55.227	51.805
Baguari Energia	158.441	159.029	158.441	159.029
Aliança Norte (usina Belo Monte)	614.553	631.227	614.553	631.227
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	938.619	965.255	938.619	965.255
Aliança Geração	1.225.510	1.166.240	1.225.510	1.166.240
Retiro Baixo	197.246	195.235	197.246	195.235
<b>Controladas</b>				
Cemig Baguari	-	-	96	55
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.531.561	1.452.217
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	488.649	455.480
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	194.437	179.745
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	150.221	143.704
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	194.109	174.005
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	127.929	127.128
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	95.027	83.870
Rosal Energia S.A.	-	-	127.899	127.020
Sá Carvalho S.A.	-	-	132.366	115.486
Horizontes Energia S.A.	-	-	57.964	55.461
Cemig PCH S.A.	-	-	96.827	89.898
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	25.246	3.801
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	131.228	56.838
Cemig Trading S.A.	-	-	2.045	30.315
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	166.155	161.061
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	237.304	245.436
<b>Total do investimento</b>	<b>3.610.279</b>	<b>3.755.799</b>	<b>7.369.342</b>	<b>7.257.319</b>
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto (1)	(29.298)	(29.615)	(29.298)	(29.615)
<b>Total</b>	<b>3.580.981</b>	<b>3.726.184</b>	<b>7.340.044</b>	<b>7.227.704</b>

(1) A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo e assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 30 de junho de 2021 alcançou o montante de R\$29.298 (R\$29.615 em 31 de dezembro de 2020). A perda está apresentada no Balanço Patrimonial como Outras obrigações.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2021, a Administração da Companhia analisou se o choque econômico causado pela pandemia do Covid-19 (nota explicativa nº 1.b) poderia trazer indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no IAS 36/ CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Como resultado das análises, a Companhia concluiu que a pandemia trouxe efeitos conjunturais e a expectativa de longo prazo de realização dos ativos não sofreu alteração relevante, não sendo observadas perdas no valor recuperável dos seus investimentos. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, até o momento, não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável na Companhia e suas controladas em razão do atual cenário econômico.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração, substancialmente, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

### a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às controladas Parajuru e Volta do Rio, nos montantes de R\$51.549 (R\$53.858 em 31 de dezembro de 2020) e R\$70.594 (R\$73.983 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente, são considerados no balanço individual da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 15.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Amortização	Saldo em 30/06/2021
Retiro Baixo	29.186	(694)	28.492
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	16.526	(368)	16.158
Aliança Geração	326.915	(12.655)	314.260
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	48.632	(986)	47.646
	<b>421.259</b>	<b>(14.703)</b>	<b>406.556</b>

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Amortização	Saldo em 30/06/2021
Retiro Baixo	29.186	(694)	28.492
Central Eólica Praias de Parajuru	53.858	(2.309)	51.549
Central Eólica Volta do Rio	73.983	(3.389)	70.594
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	16.526	(368)	16.158
Aliança Geração	326.915	(12.655)	314.260
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	48.632	(986)	47.646
	<b>549.100</b>	<b>(20.401)</b>	<b>528.699</b>

### b) Movimentação dos investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto:

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Saldo em 30/06/2021
Hidrelétrica Cachoeirão	53.215	5.289	-	(8.331)	50.173
Guanhães Energia	131.391	10	-	-	131.401
Hidrelétrica Pipoca	35.552	4.627	-	-	40.179
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	209.374	(92.612)	-	-	116.762
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	157.476	(75.308)	-	-	82.168
Baguari Energia	159.029	10.247	-	(10.835)	158.441
Lightger	51.805	3.422	-	-	55.227
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	965.255	(26.636)	-	-	938.619
Aliança Norte (usina Belo Monte)	631.227	(16.674)	-	-	614.553
Aliança Geração	1.166.240	59.270	-	-	1.225.510
Retiro Baixo	195.235	5.940	-	(3.929)	197.246
<b>Total do investimento</b>	<b>3.755.799</b>	<b>(122.425)</b>	<b>-</b>	<b>(23.095)</b>	<b>3.610.279</b>
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	(29.615)	(415)	732	-	(29.298)
<b>Total</b>	<b>3.726.184</b>	<b>(122.840)</b>	<b>732</b>	<b>(23.095)</b>	<b>3.580.981</b>

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Saldo em 30/06/2021
Hidrelétrica Cachoeirão	53.215	5.289	-	(8.331)	50.173
Guanhães Energia	131.391	10	-	-	131.401
Hidrelétrica Pipoca	35.552	4.627	-	-	40.179
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	209.374	(92.612)	-	-	116.762
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	157.476	(75.308)	-	-	82.168
Baguari Energia	159.029	10.247	-	(10.835)	158.441
Central Eólica Praias Parajuru	161.061	7.407	-	(2.313)	166.155
Central Eólica Volta do Rio	245.436	(8.132)	-	-	237.304
Lightger	51.805	3.422	-	-	55.227
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	965.255	(26.636)	-	-	938.619
Aliança Norte (usina Belo Monte)	631.227	(16.674)	-	-	614.553
Aliança Geração	1.166.240	59.270	-	-	1.225.510
Retiro Baixo	195.235	5.940	-	(3.929)	197.246
Cemig Baguari	55	(9)	50	-	96
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.452.217	198.009	-	(118.665)	1.531.561
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	455.480	68.754	-	(35.585)	488.649
Cemig Ger. Itutinga S.A.	179.745	35.377	-	(20.685)	194.437
Cemig Geração Camargos S.A.	143.704	29.988	-	(23.471)	150.221
Cemig Geração Sul S.A.	174.005	30.368	-	(10.264)	194.109
Cemig Geração Leste S.A.	127.128	20.923	-	(20.122)	127.929
Cemig Geração Oeste S.A.	83.870	11.157	-	-	95.027
Rosal Energia S.A.	127.020	23.904	-	(23.025)	127.899
Sá Carvalho S.A.	115.486	52.833	-	(35.953)	132.366
Horizontes Energia S.A.	55.461	6.066	-	(3.563)	57.964
Cemig PCH S.A.	89.898	19.265	-	(12.336)	96.827
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	3.801	1.245	20.200	-	25.246
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	56.838	130.644	-	(56.254)	131.228
Cemig Trading S.A.	30.315	845	-	(29.115)	2.045
<b>Total do Investimento</b>	<b>7.257.319</b>	<b>506.219</b>	<b>20.250</b>	<b>(414.446)</b>	<b>7.369.342</b>
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	(29.615)	(415)	732	-	(29.298)
<b>Total</b>	<b>7.227.704</b>	<b>505.804</b>	<b>20.982</b>	<b>(414.446)</b>	<b>7.340.044</b>

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de ações	Em 30 de junho de 2021			Em 31 de dezembro de 2020		
		Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido
<b>Coligadas</b>							
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	1.178.625	15,51	10.619.786	2.259.093
<b>Controladas em conjunto</b>							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	102.395	49,00	35.000	108.602
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	268.166	49,00	548.626	268.144
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	81.998	49,00	41.360	72.554
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	228.342	69,39	186.573	229.189
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	112.708	49,00	79.232	105.724
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.923.360.811	49,00	1.209.043	1.156.954	49,00	1.209.043	1.188.963
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.697.723	74,50	1.322.698	1.259.890	74,50	1.322.698	1.295.644
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.017.599	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	338.183	49,90	225.350	324.810
Renova (1) (2)	41.719.724	15,09	3.295.173	(844.112)	36,23	2.960.776	(1.107.637)
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	71.708.500	49,00	73.203	(59.790)	49,00	71.709	(60.438)
<b>Controladas</b>							
Cemig Baguari	406.000	100,00	406	96	100,00	356	55
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.531.561	100,00	1.291.423	1.452.217
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	488.649	100,00	405.268	455.480
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	194.437	100,00	151.309	179.745
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	150.221	100,00	113.499	143.704
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	194.109	100,00	148.147	174.006
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	127.929	100,00	100.569	127.128
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	95.027	100,00	60.595	83.870
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	127.899	100,00	46.944	127.019
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	132.366	100,00	36.833	115.486
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	57.964	100,00	39.258	55.461
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	96.827	100,00	45.952	89.898
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (3)	1.602.000	100,00	1.602	25.246	100,00	1.402	3.801
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	131.228	100,00	486	56.838
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	2.045	100,00	1.000	30.315
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	85.834.843	100,00	85.835	114.606	100,00	70.560	107.204
Central Eólica Volta do Rio S.A.	274.867.441	100,00	274.867	166.710	100,00	117.230	171.453

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;

(2) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reduziu a zero o saldo do investimento nessa investida em virtude da apresentação, naquela data, de patrimônio líquido negativo. A Renova revisou o saldo do seu investimento na controlada em conjunto Brasil PCH e reconheceu em suas demonstrações financeiras ajustes relacionados à equivalência patrimonial referentes ao exercício de 2018, o que gerou a reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2019. Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Renova aprovou a homologação do aumento de seu capital social para R\$3.295.178, dividido em 100.142.466 ações, sendo 50.854.986 ações ordinárias e 49.287.480 ações preferenciais. Como a Companhia não acompanhou o referido aumento de capital, a sua participação passou a ser de 29,72% no capital votante e de 15,09% no capital total.

(3) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

## Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia.

No período findo em 30 de junho de 2021, a MESA apresentou prejuízo de R\$1.080.468 (R\$548.082 em 30 de junho de 2020) e capital circulante líquido negativo no montante de R\$406.473 (R\$204.792 em 31 de dezembro de 2020).

Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

### Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Companhia e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo por meio da qual a Companhia possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$678 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$678 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Companhia e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678 milhões, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Em 30 de junho de 2021, a investida confirma sua expectativa com relação a recuperação destes ativos, mantendo a Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD no valor de R\$678 milhões.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Adicionalmente, a SAAG e a Companhia instauraram Procedimento Arbitral, na qualidade de acionistas da Madeira, visando desconstituir o aumento de capital aprovado em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de agosto de 2018. Este processo também é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

## **Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova”)**

Em 30 de junho de 2021, a Renova apresentou prejuízo de R\$84.354 (R\$104.625 em 30 de junho de 2020), prejuízos acumulados de R\$4.078.541 (R\$3.994.187 em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$844.112 (R\$1.107.637 em 31 de dezembro de 2020). A investida apresentou capital circulante líquido positivo, no montante de R\$451.943 (R\$272.539 em 31 de dezembro de 2020), refletindo os efeitos do plano de recuperação judicial, que permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo do grupo, com a repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida.

Em decorrência da apresentação de patrimônio líquido negativo da investida, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de seu investimento na Renova, em 31 de dezembro de 2018, e não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante esta investida.

Adicionalmente, a Companhia provisionou, em 30 de junho de 2019, uma perda estimada na realização dos créditos decorrentes de contratos de compra e venda de energia e termos de reconhecimento de dívida que possuía junto a esta controlada em conjunto pelo valor integral do saldo a receber, no montante de R\$688 milhões.

### Recuperação judicial - Renova

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo (“Grupo Renova”).

Em 25 de outubro de 2019, a Companhia concedeu à Renova adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$5.000 e subsequentemente, a Cemig (controladora da Companhia) firmou contratos de mútuo com Dívida na Posse (DIP) no valor total de R\$36,5 milhões. Os recursos desses empréstimos, realizados de acordo com normas específicas dos processos de recuperação judicial, foram necessários para custear as despesas de manutenção das atividades da Renova, e foram autorizados pela Segunda Vara Especial Falência do Estado de São Paulo e (Juízo da Recuperação Judicial), sendo garantidos por cessão fiduciária de participação societária em empresa detentora de ativos de empreendimento eólico de propriedade da Renova, no valor aproximado de R\$60 milhões, tendo prioridade de recebimento em processo de recuperação judicial, na venda deste ativo dado em garantia.

Em 21 de setembro de 2020, a Renova aprovou a proposta realizada pela Companhia para a suspensão das obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Energia Eólica Incentivada firmado entre as partes e aditado de tempos em tempos, vinculados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. A suspensão perdurará até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022 e está devidamente alinhada ao planejamento estratégico traçado para o cumprimento do plano de reestruturação da Renova.

Em 18 de dezembro de 2020, os Planos de Recuperação Judicial ajuizados pela Renova foram aprovados pela Assembleia Geral de Credores (AGC) e homologados pelo juízo da recuperação no mesmo dia. Na AGC foi exposta a racionalidade econômico-financeira dos dois planos: (i) captação de empréstimo ponte para finalização do parque Alto Sertão III, assinado em 17 de dezembro de 2020, pelo valor de R\$350 milhões na modalidade “*debtor-in-possession*” (“DIP”) pela subsidiária Chipley SP Participações S.A. e coobrigações da Renova e da Renova Participações S.A., a serem destinados especialmente para o retomada das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A; (ii) alienação de ativos, principalmente a participação societária na Brasil PCH, além de projetos de energia eólica em desenvolvimento; (iii) renegociação do prazo de liquidação de passivos, sem alteração de valores apenas de prazos e (iv) conclusão das obras do parque eólico Alto Sertão III Fase A. Nessa linha, os planos descrevem de forma pormenorizada os meios de recuperação, detalham o empréstimo ponte “DIP” e identificam as Unidades Produtivas Isoladas (UPIs), bem como o procedimento de alienação e a destinação dos recursos.

Em 11 de fevereiro de 2021, o PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Prisma Capital Ltda., sagrou-se vencedor do processo competitivo para a alienação da UPI Fase B prevista no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, com uma proposta no valor de R\$58.386, sendo 16,77% maior que o valor mínimo previsto no Plano. A Renova e o referido Fundo assinaram, em 02 de março de 2021, o contrato de compra e venda de ações da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, com a conclusão do processo de venda em 05 de abril de 2021.

No dia 05 de março de 2021, no contexto da Recuperação Judicial, a Renova recebeu R\$362.465 provenientes do empréstimo na modalidade “*debtor-in-possession*” (“DIP”) contratado pela sua subsidiária Chipley SP Participações S.A. - em Recuperação Judicial e coobrigações da Renova e da Renova Participações S.A. - em Recuperação Judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário estruturada pela Quadra Gestão de Recursos S.A. (“Quadra Capital”) e emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., conforme previsto e autorizado no âmbito do Processo de Recuperação Judicial do Grupo Renova em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP. Os recursos obtidos permitirão a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Renova aprovou a homologação parcial do aumento de capital social no valor de R\$334.397, que corresponde ao valor dos créditos capitalizados nos termos dos planos de recuperação judicial. A Companhia não fez parte do grupo de credores que solicitaram a conversão de seus créditos em capital assim como não acompanhou o referido aumento de capital, passando a participação da Cemig GT na Renova para 29,72% do capital votante e de 36,23% para 15,09% do capital total. Essa redução da participação acionária na Renova não impactou o atual controle compartilhado da Renova.

Em 22 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Renova aprovou um aumento de capital, por subscrição privada de ações, equivalente ao somatório do montante eventualmente subscrito por titulares de direitos de subscrição e o valor dos créditos capitalizados, limitado a R\$345.286, sendo admitida homologação parcial caso o valor subscrito seja igual ou superior a R\$44.928. O “2º Processo de Aumento de Capital e Conversão” possibilita que os credores convertam os créditos em participação societária na Renova, e, assim, viabilizará o cumprimento dos Planos e terá por efeito a redução do endividamento e o reforço da estrutura de capital da investida. A Companhia não fez parte do grupo de credores que solicitaram a conversão de seus créditos em capital assim como não acompanhará o referido aumento.

A Companhia estará sujeita, mesmo que numa remota possibilidade, a uma diluição potencial de 50% para ações ordinárias e 8,66% para ações preferenciais ou, caso haja a homologação parcial do montante mínimo, cenário provável, de 5,75% para ações ordinárias e 8,66% para ações preferenciais. No cenário mais provável, a participação da Companhia na Renova passaria para 27,33% do capital votante e de 15,09% para 13,83% do capital total. Apesar da diluição, não é prevista alteração na estrutura de controle da Renova. Adicionalmente, a Companhia poderá solicitar conversão de parte dos seus créditos nas próximas 3 janelas, caso seja necessário o reequilíbrio de suas ações ordinárias para manutenção do controle.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, os principais efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da Renova foram os seguintes: (i) os investimentos na UPI Brasil PCH, UPI Enerbras, UPI AS III Fase B, UPI Mina de Ouro e outros projetos em desenvolvimento estão apresentados como mantido para venda, no ativo circulante; (ii) os passivos foram atualizados desde a data do pedido de recuperação judicial até 31 de dezembro de 2020, conforme previsto no referido plano; (iii) os passivos com controladores foram atualizados a partir da data da homologação do pedido de recuperação judicial a 100% do CDI; (iii) os juros provisionados no período entre a aprovação do pedido e aprovação do plano foram estornados.

Em 20 de julho de 2021, o Conselho de Administração da Renova aprovou a aceitação da proposta vinculante apresentada pela Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos Ltda, para a aquisição da totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A. de titularidade do Grupo Renova, pelo valor de R\$1.100.000. Em 04 de agosto de 2021, a Administradora Judicial declarou a SF 369 Participações Societárias S.A., subsidiária da Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos Ltda, como vencedora do Procedimento Competitivo para aquisição da UPI Brasil PCH prevista no Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova, pendente de homologação do Processo Competitivo pelo Juiz 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo, onde tramita o Processo de Recuperação Judicial do Grupo Renova. A ausência de manifestação de interessados na participação do Processo Competitivo da UPI Brasil PCH até 01 de agosto de 2021 permitiu a antecipação da declaração da vencedora pela Administradora Judicial, conforme previsto no Edital do referido processo.

A transação está devidamente inserida na estratégia da Renova para o seu saudável soerguimento e diminuição de seus passivos, destinando os recursos obtidos com a transação especialmente para o pré-pagamento do Empréstimo DIP Ponte contratado perante a Quadra Capital e desembolsado no início desse ano, o pagamento de determinados credores extraconcursais, cumprimento das suas obrigações no Plano de Recuperação Judicial e a conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que a recuperação judicial ajuizada e aprovada em juízo por esta investida e as transações ocorridas no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 não produziram nenhum impacto adicional em suas informações contábeis intermediárias.

### **Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.**

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 30 de junho de 2021, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$151.481 (R\$160.351 em 31 de dezembro de 2020) e ainda despenderá quantias em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de junho de 2021 é de R\$2.765.000 (R\$2.407.000 em 31 de dezembro de 2020).

## Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

*Investidas controladas em conjunto:*

*Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento através da Amazônia Energia e Aliança Norte*

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Companhia por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

*Madeira Energia S.A. (“MESA”)*

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas informações contábeis intermediárias.

#### *Renova Energia S.A. (“Renova”)*

Desde 2017, a Renova é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e outras autoridades públicas relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Companhia, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da investida Renova em São Paulo, para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação de serviços mantidos por esta investida em períodos anteriores a 2015. Em 25 de julho de 2019, foi iniciada a segunda fase da operação.

Os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ainda não foram concluídos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro. Caso venha a ser ajuizada ação criminal em face de agentes que lesaram a investida, a Renova tem a intenção de auxiliar a acusação em eventuais processos criminais e, posteriormente, requerer a reparação civil pelos danos sofridos.

Em razão dessas investigações, concomitantemente, os órgãos de governança da Renova instauraram uma investigação interna, conduzida por empresa independente com o suporte de escritório de advocacia externo, cujo escopo compreendeu a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo descumprimentos à legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, ao Código de Ética e às políticas de integridade da Renova. Adicionalmente, foi constituído na Renova um comitê de monitoramento que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharam essa investigação. A investigação interna foi concluída em 20 de fevereiro de 2020 e não foram identificadas provas concretas de atos de corrupção ou de desvios para campanhas políticas.

Todavia, os investigadores independentes identificaram irregularidades na condução dos negócios e efetivação de contratos pela Renova, incluindo (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R\$40 milhões, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R\$137 milhões e (iii) falhas nos controles internos da investida.

Como resultado da análise acima mencionada, a Renova concluiu que parte desses valores (R\$35 milhões) correspondem a gastos que resultaram em ativos efetivos e, assim, não seria necessário o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. O valor restante, de R\$142 milhões, já havia sido lançado contra o resultado em períodos anteriores, não produzindo efeitos nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2021 e nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em resposta às irregularidades encontradas, e com base nas recomendações do Comitê de monitoramento e de assessores jurídicos, o Conselho de Administração da Renova deliberou tomar todos os atos necessários para preservar os direitos da investida, dar continuidade às medidas visando à obtenção do ressarcimento dos prejuízos causados e reforçar os seus controles internos.

Uma vez que o saldo do investimento mantido na Renova em 30 de junho de 2021 é zero e que não foram assumidas pela Companhia e suas controladas obrigações contratuais ou construtivas perante a controlada em conjunto, não são esperados que efeitos resultantes do processo de recuperação judicial, das investigações e das atividades operacionais dessa investida possam impactar significativamente as informações contábeis intermediárias da Companhia, mesmo que eventualmente ainda não tenham sido registrados pela controlada em conjunto.

#### *Outras investigações*

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Companhia na Guanhães e na MESA. Adicionalmente, em 11 de abril de 2019, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Companhia para cumprir um mandato de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal de São Paulo, em conexão com a operação intitulada “E o Vento Levou”, conforme descrito anteriormente.

Esses procedimentos estão sendo realizados por meio da análise de documentos solicitados pelas autoridades públicas e por oitivas de testemunhas.

#### *Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos*

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora Cemig e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Cemig autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 08 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação. Portanto, não houve impacto como resultado dessas investigações nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de junho de 2021, tampouco em suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

No segundo semestre de 2019, a Companhia assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ), os quais foram prorrogados até agosto de 2021 e está em processamento de uma nova renovação por um período adicional de seis meses. A Companhia tem atendido às solicitações e pretende continuar contribuindo com a SEC e o DoJ.

Em razão da finalização das investigações para as quais a Comissão Especial de Investigação (CEI) foi constituída, com a entrega do relatório final pela empresa especializada, os órgãos de governança da Companhia decidiram extinguir a referida Comissão. Na hipótese de haver eventuais necessidades futuras, em razão de desdobramentos da matéria, a Comissão poderá ser recomposta.

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia cujo conteúdo compreende basicamente eventuais irregularidades no processo licitatório em compras, cuja investigação está sendo conduzida por um novo Comitê Especial de Investigação – CEI, com o apoio de assessoria especializada.

As investigações encontram-se em andamento não tendo sido identificado, até o presente momento, nenhum assunto que possa apresentar impacto relevante às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2021 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as informações contábeis intermediárias e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

## 14. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2021			31/12/2020		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>	<b>7.338.924</b>	<b>(5.177.461)</b>	<b>2.161.463</b>	<b>7.321.663</b>	<b>(5.091.975)</b>	<b>2.229.688</b>
Terrenos	246.775	(24.510)	222.265	246.775	(22.624)	224.151
Reservatórios, barragens e adutoras	3.304.298	(2.320.094)	984.204	3.299.589	(2.279.878)	1.019.711
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.100.709	(844.920)	255.789	1.100.414	(835.826)	264.588
Máquinas e equipamentos	2.653.603	(1.958.638)	694.965	2.641.324	(1.924.711)	716.613
Veículos	20.602	(18.993)	1.609	20.602	(18.756)	1.846
Móveis e utensílios	12.937	(10.306)	2.631	12.959	(10.180)	2.779
<b>Em curso</b>	<b>230.140</b>	<b>-</b>	<b>230.140</b>	<b>175.993</b>	<b>-</b>	<b>175.993</b>
Ativos em curso	230.140	-	230.140	175.993	-	175.993
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>7.569.064</b>	<b>(5.177.461)</b>	<b>2.391.603</b>	<b>7.497.656</b>	<b>(5.091.975)</b>	<b>2.405.681</b>

Controladora	30/06/2021			31/12/2020		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>	<b>6.191.477</b>	<b>(4.585.782)</b>	<b>1.605.695</b>	<b>6.182.139</b>	<b>(4.523.568)</b>	<b>1.658.571</b>
Terrenos	242.176	(24.121)	218.055	242.176	(22.261)	219.915
Reservatórios, barragens e adutoras	3.022.443	(2.176.921)	845.522	3.021.850	(2.141.101)	880.749
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.013.923	(805.567)	208.356	1.013.858	(797.915)	215.943
Máquinas e equipamentos	1.879.850	(1.550.265)	329.585	1.871.166	(1.533.759)	337.407
Veículos	20.388	(18.779)	1.609	20.388	(18.542)	1.846
Móveis e utensílios	12.697	(10.129)	2.568	12.701	(9.990)	2.711
<b>Em curso</b>	<b>158.153</b>	<b>-</b>	<b>158.153</b>	<b>114.568</b>	<b>-</b>	<b>114.568</b>
Ativos em curso	158.153	-	158.153	114.568	-	114.568
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>6.349.630</b>	<b>(4.585.782)</b>	<b>1.763.848</b>	<b>6.296.707</b>	<b>(4.523.568)</b>	<b>1.773.139</b>

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2021
<b>Em serviço</b>	<b>2.229.688</b>	<b>-</b>	<b>17.777</b>	<b>(98)</b>	<b>(85.904)</b>	<b>2.161.463</b>
Terrenos (1)	224.151	-	-	-	(1.886)	222.265
Reservatórios, barragens e adutoras	1.019.711	-	4.767	-	(40.274)	984.204
Edificações, obras civis e benfeitorias	264.588	-	294	-	(9.093)	255.789
Máquinas e equipamentos	716.613	-	12.716	(98)	(34.266)	694.965
Veículos	1.846	-	-	-	(237)	1.609
Móveis e utensílios	2.779	-	-	-	(148)	2.631
<b>Em curso</b>	<b>175.993</b>	<b>71.924</b>	<b>(17.777)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>230.140</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>2.405.681</b>	<b>71.924</b>	<b>-</b>	<b>(98)</b>	<b>(85.904)</b>	<b>2.391.603</b>

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2021
<b>Em serviço</b>	<b>1.658.571</b>	<b>-</b>	<b>9.838</b>	<b>(98)</b>	<b>(62.616)</b>	<b>1.605.695</b>
Terrenos (1)	219.915	-	-	-	(1.860)	218.055
Reservatórios, barragens e adutoras	880.749	-	651	-	(35.878)	845.522
Edificações, obras civis e benfeitorias	215.943	-	65	-	(7.652)	208.356
Máquinas e equipamentos	337.407	-	9.122	(98)	(16.846)	329.585
Veículos	1.846	-	-	-	(237)	1.609
Móveis e utensílios	2.711	-	-	-	(143)	2.568
<b>Em curso</b>	<b>114.568</b>	<b>53.423</b>	<b>(9.838)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>158.153</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>1.773.139</b>	<b>53.423</b>	<b>-</b>	<b>(98)</b>	<b>(62.616)</b>	<b>1.763.848</b>

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

## Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/06/2021	31/12/2020
<b>Em serviço</b>				
Usina de Queimado	82,50	3,94	218.448	218.111
Depreciação acumulada			(122.036)	(117.271)
<b>Total em operação</b>			<b>96.412</b>	<b>100.840</b>
<b>Em curso</b>				
Usina de Queimado	82,50	-	1.523	1.580
<b>Total em construção</b>			<b>1.523</b>	<b>1.580</b>
<b>Total</b>			<b>97.935</b>	<b>102.420</b>

## 15. INTANGÍVEIS

Consolidado	30/06/2021			31/12/2020		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
<b>Em serviço</b>	<b>1.209.496</b>	<b>(158.063)</b>	<b>1.051.433</b>	<b>298.944</b>	<b>(150.917)</b>	<b>148.027</b>
Servidão	14.692	(4.423)	10.269	13.217	(4.045)	9.172
Concessão onerosa	18.614	(13.184)	5.430	19.169	(13.288)	5.881
Ativos da concessão (1)	202.338	(80.195)	122.143	202.338	(74.497)	127.841
Ativos da concessão - GSF	909.601	-	909.601	-	-	-
Outros	64.251	(60.261)	3.990	64.220	(59.087)	5.133
<b>Em curso</b>	<b>9.990</b>	<b>-</b>	<b>9.990</b>	<b>8.459</b>	<b>-</b>	<b>8.459</b>
Ativos em formação	9.990	-	9.990	8.459	-	8.459
<b>Intangível líquido</b>	<b>1.219.486</b>	<b>(158.063)</b>	<b>1.061.423</b>	<b>307.403</b>	<b>(150.917)</b>	<b>156.486</b>

(1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante líquido de R\$122.143 são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Controladora	30/06/2021			31/12/2020		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
<b>Em serviço</b>	<b>778.770</b>	<b>(77.498)</b>	<b>701.272</b>	<b>94.430</b>	<b>(76.149)</b>	<b>18.281</b>
Servidão	12.926	(4.239)	8.687	11.451	(3.923)	7.528
Concessão onerosa	18.614	(13.184)	5.430	19.169	(13.288)	5.881
Ativos da concessão - GSF	683.405	-	683.405	-	-	-
Outros	63.825	(60.075)	3.750	63.810	(58.938)	4.872
<b>Em curso</b>	<b>9.990</b>	<b>-</b>	<b>9.990</b>	<b>8.443</b>	<b>-</b>	<b>8.443</b>
Ativos em formação	9.990	-	9.990	8.443	-	8.443
<b>Intangível líquido</b>	<b>788.760</b>	<b>(77.498)</b>	<b>711.262</b>	<b>102.873</b>	<b>(76.149)</b>	<b>26.724</b>

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Baixa	Amortização	Saldo em 30/06/2021
<b>Em serviço</b>	<b>148.027</b>	<b>909.601</b>	<b>1.506</b>	<b>(139)</b>	<b>(7.562)</b>	<b>1.051.433</b>
Servidão	9.172	-	1.475	-	(378)	10.269
Concessão onerosa	5.881	-	-	(139)	(312)	5.430
Ativos da concessão	127.841	-	-	-	(5.698)	122.143
Ativos da concessão - GSF	-	909.601	-	-	-	909.601
Outros	5.133	-	31	-	(1.174)	3.990
<b>Em curso</b>	<b>8.459</b>	<b>3.037</b>	<b>(1.506)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.990</b>
Ativos em formação	8.459	3.037	(1.506)	-	-	9.990
<b>Total</b>	<b>156.486</b>	<b>912.638</b>	<b>-</b>	<b>(139)</b>	<b>(7.562)</b>	<b>1.061.423</b>

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Baixa	Amortização	Saldo em 30/06/2021
<b>Em serviço</b>	<b>18.281</b>	<b>683.405</b>	<b>1.490</b>	<b>(139)</b>	<b>(1.765)</b>	<b>701.272</b>
Servidão	7.528	-	1.475	-	(316)	8.687
Concessão onerosa	5.881	-	-	(139)	(312)	5.430
Ativos da concessão - GSF	-	683.405	-	-	-	683.405
Outros	4.872	-	15	-	(1.137)	3.750
<b>Em curso</b>	<b>8.443</b>	<b>3.037</b>	<b>(1.490)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.990</b>
Ativos em formação	8.443	3.037	(1.490)	-	-	9.990
<b>Total</b>	<b>26.724</b>	<b>686.442</b>	<b>-</b>	<b>(139)</b>	<b>(1.765)</b>	<b>711.262</b>

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Em 31 de dezembro de 2020, diante da conclusão da reforma dos 19 aerogeradores da controlada Volta do Rio e a plena retomada da sua capacidade de geração de energia, a Companhia realizou o teste de impairment de seus ativos operacionais e foi constatada a melhoria no equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da controlada. Assim, a Companhia reverteu parcela da perda para redução ao valor recuperável reconhecida anteriormente, resultando na reversão líquida de R\$13.825 em 31 de dezembro de 2020, registrada em “outras despesas” na demonstração de resultado.

O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, descontados a valor presente pelo custo de capital ponderado (WACC) definido pela Companhia para a atividade de geração eólica, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

### Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo todas as usinas da Companhia que se enquadram na repactuação, exceto Queimado e Irapé, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução 684/2015 e não foram contempladas na ReH nº 2.919/2021. Os valores homologados estão em linha com as estimativas da Companhia, baseadas na ReN. Aneel nº 895/2020.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Companhia e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$909.601 para consolidado e R\$683.405 para controladora.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
<b>Cemig Geração Camargos</b>	<b>9.459</b>	<b>05/01/2046</b>	<b>7,0</b>	<b>03/01/2053</b>
<b>Cemig Geração Itutinga</b>	<b>7.713</b>	<b>05/01/2046</b>	<b>7,0</b>	<b>03/01/2053</b>
<b>Cemig Geração Leste</b>	<b>154</b>			
Dona Rita	11	03/07/2046	4,0	19/07/2050
Ervalia	8	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Neblina	11	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Peti	113	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Sinceridade	1	03/07/2046	0,7	12/03/2047
Tronqueiras	10	05/01/2046	1,0	26/12/2046
<b>Cemig Geração Oeste</b>	<b>234</b>			
Cajuru (Cemig)	234	05/01/2046	7,0	03/01/2053
<b>Cemig Geração Salto Grande</b>	<b>40.079</b>	<b>05/01/2046</b>	<b>7,0</b>	<b>03/01/2053</b>
<b>Cemig Geração Sul</b>	<b>2.106</b>			
Coronel Domiciano	36	03/07/2046	0,8	11/04/2047
Joasal	450	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Marmelos	238	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Paciência	205	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Piau	1.177	05/01/2046	7,0	03/01/2053
<b>Cemig Geração Tres Marias</b>	<b>115.831</b>	<b>05/01/2046</b>	<b>7,0</b>	<b>03/01/2053</b>
<b>Cemig Poço Fundo</b>	<b>1.482</b>	<b>29/05/2045</b>	<b>7,0</b>	<b>27/05/2052</b>
<b>Cemig PCH (Pai Joaquim)</b>	<b>418</b>	<b>04/04/2032</b>	<b>0,4</b>	<b>14/09/2032</b>
<b>Horizontes</b>	<b>130</b>			
Machado Mineiro	130	08/07/2025	1,9	21/05/2027
<b>Rosal</b>	<b>8.900</b>	<b>08/05/2032</b>	<b>3,6</b>	<b>13/12/2035</b>
<b>Sa Carvalho</b>	<b>39.690</b>	<b>01/12/2024</b>	<b>1,7</b>	<b>27/08/2026</b>
<b>Total subsidiárias</b>	<b>226.196</b>			
Nova Ponte	254.956	23/07/2025	2,1	11/08/2027
Queimado	2.122	18/12/2032	0,1	05/02/2033
Sao Bernardo (Cemig)	655	19/08/2025	1,9	27/06/2027
Emborcação	425.672	23/07/2025	1,8	26/05/2027
<b>Total Cemig GT</b>	<b>683.405</b>			
<b>Total (R\$)</b>	<b>909.601</b>			

Os valores apresentados para os direitos de extensão da outorga a que a Companhia faz jus para as Usinas de Queimado e Irapé, não contempladas na ReH 2.919/2021, não devem sofrer alterações relevantes. A discussão em relação a esses valores é suplementar e não traz riscos à matéria, não afetando, portanto, o valor do ativo reconhecido pela Companhia.

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Companhia no período indicado na Lei nº 14.052/2020 para cálculo dos valores a serem compensados, mas esta Lei não especifica a forma de compensação na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:”

Cemig Geração - Usinas Relicitadas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguará	237.218
Volta Grande	156.688
<b>Total</b>	<b>1.322.438</b>

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, estes ativos contingentes não foram reconhecidos.

## 16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa; e
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência à taxa de empréstimo incremental da Companhia, baseada nas suas dívidas contratadas e em cotações junto a instituições financeiras, e refletem o risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação, conforme segue.

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
<b>Adoção inicial</b>		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
<b>Contratos celebrados entre 2019 e 2021</b>		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

### a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, que corresponde à mensuração inicial do passivo de arrendamentos ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	37.724	4.160	41.884
Baixa (contratos encerrados)	(558)	-	(558)
Adição	54	-	54
Amortização (1)	(755)	(2.845)	(3.600)
Remensuração (2)	(2.213)	146	(2.067)
Saldos em 30 de junho de 2021	34.252	1.461	35.713

Controladora	Imóveis	Veículos	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>36.432</b>	<b>3.586</b>	<b>40.018</b>
Baixa (contratos encerrados)	(558)	-	(558)
Adição	54	-	54
Amortização (1)	(725)	(2.559)	(3.284)
Remensuração (2)	(2.213)	146	(2.067)
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>32.990</b>	<b>1.173</b>	<b>34.163</b>

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$54 para consolidado e R\$53 para controladora (R\$572 e R\$573 em 2020 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

## b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>44.543</b>	<b>42.586</b>
Baixa (contratos encerrados)	(424)	(424)
Adição	54	54
Juros incorridos (1)	2.610	2.501
Arrendamentos pagos	(5.630)	(5.221)
Juros sobre arrendamentos pagos	(185)	(173)
Remensuração (2)	(2.067)	(2.067)
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>38.901</b>	<b>37.256</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>6.221</b>	<b>5.733</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>32.680</b>	<b>31.523</b>

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$176 e R\$175 para consolidado e controladora, respectivamente (R\$392 e R\$388 em 2020 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	121.069	38.901	116.561	37.256
PIS/Pasep e Cofins potencial à alíquota de 9,25%	10.764	3.356	10.651	3.320

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2).

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (Nominal)	Controladora (Nominal)
2021	4.106	3.687
2022	4.913	4.736
2023	4.901	4.728
2024	4.885	4.714
2025	4.879	4.707
2026 a 2045	97.385	93.989
<b>Valores não descontados</b>	<b>121.069</b>	<b>116.561</b>
Juros embutidos	(82.168)	(79.305)
<b>Passivo de arrendamento</b>	<b>38.901</b>	<b>37.256</b>

## 17. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Suprimento e transporte de energia elétrica	372.074	394.406	360.831	340.010
Materiais e serviços	47.169	71.533	35.861	52.564
	<b>419.243</b>	<b>465.939</b>	<b>396.692</b>	<b>392.574</b>

## 18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>				
ICMS	22.782	20.597	18.585	15.663
Pasep (2)	14.208	17.339	11.636	15.618
Cofins (2)	64.510	78.801	53.601	72.018
INSS	8.022	7.066	5.102	5.662
ISSQN	7.096	2.145	2.183	1.756
Outros (1)	26.525	39.293	24.993	39.058
	<b>143.143</b>	<b>165.241</b>	<b>116.100</b>	<b>149.775</b>
<b>Não circulante</b>				
Pasep (3)	53.803	46.867	53.439	46.854
Cofins (3)	247.834	215.878	246.156	215.819
	<b>301.637</b>	<b>262.745</b>	<b>299.595</b>	<b>262.673</b>
	<b>444.780</b>	<b>427.986</b>	<b>415.695</b>	<b>412.448</b>

- (1) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 29 de junho de 2021, cujo recolhimento ocorreu em julho de 2021, em conformidade à legislação tributária. Para mais informações ver nota explicativa nº 23.
- (2) Cofins e PIS/Pasep registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão, cuja contraprestação será recebida nos próximos 12 meses contados da data das informações contábeis intermediárias. Para mais informações, ver notas explicativas nºs 2.3 e 12.
- (3) Referem-se ao diferimento desses tributos incidentes sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão. Para mais informações, ver notas explicativas nºs 2.3 e 12.

## 19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado 30/06/2021			Consolidado 31/12/2020
				Circulante	Não circulante	Total	
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
Eurobonds	2024	9,25%	USD	56.703	7.503.300	7.560.003	7.853.959
(-) Custos de transação				-	(14.042)	(14.042)	(15.664)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(22.747)	(22.747)	(25.314)
<b>Dívida em moeda estrangeira</b>				<b>56.703</b>	<b>7.466.511</b>	<b>7.523.214</b>	<b>7.812.981</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Caixa Econômica Federal (2)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	7.076	-	7.076	17.204
Caixa Econômica Federal (3)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	9.572	-	9.572	14.086
<b>Dívida em moeda nacional</b>				<b>16.648</b>	<b>-</b>	<b>16.648</b>	<b>31.290</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>				<b>73.351</b>	<b>7.466.511</b>	<b>7.539.862</b>	<b>7.844.271</b>
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	392.089	-	392.089	761.520
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (4)	2021	140,00% do CDI	R\$	-	-	-	288.839
(-) Custos de transação				(21)	-	(21)	(8.919)
<b>Total de debêntures</b>				<b>392.068</b>	<b>-</b>	<b>392.068</b>	<b>1.041.440</b>
<b>Total geral</b>				<b>465.419</b>	<b>7.466.511</b>	<b>7.931.930</b>	<b>8.885.711</b>

- (1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
- (2) Central Eólica Praias de Parajuru. Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada de todo o saldo devedor, no valor de R\$5.320. Até a liquidação dos contratos, as garantias foram mantidas e as obrigações contratuais cumpridas.
- (3) Central Eólica Volta do Rio. Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada de todo o saldo devedor, no valor de R\$8.766. Até a liquidação dos contratos, as garantias foram mantidas e as obrigações contratuais cumpridas.
- (4) Em 02 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o Resgate Antecipado Obrigatório do saldo das Debêntures, no valor de R\$264.796, em cumprimento ao disposto na Cláusula 6.3 da Escritura de sua 7ª Emissão de Debêntures, com 20% dos recursos líquidos obtidos pela Cemig (controladora da Companhia) com a venda da sua participação acionária na Light.

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 30/06/2021			Controladora 31/12/2020
				Circulante	Não circulante	Total	
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
Eurobonds	2024	9,25%	USD	56.703	7.503.300	7.560.003	7.853.959
(-) Custos de transação				-	(14.042)	(14.042)	(15.664)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(22.747)	(22.747)	(25.314)
<b>Dívida em moeda estrangeira</b>				<b>56.703</b>	<b>7.466.511</b>	<b>7.523.214</b>	<b>7.812.981</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>				<b>56.703</b>	<b>7.466.511</b>	<b>7.523.214</b>	<b>7.812.981</b>
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	392.089	-	392.089	761.520
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2)	2021	140,00% do CDI	R\$	-	-	-	288.839
(-) Custos de transação				(21)	-	(21)	(8.919)
<b>Total de debêntures</b>				<b>392.068</b>	<b>-</b>	<b>392.068</b>	<b>1.041.440</b>
<b>Total geral</b>				<b>448.771</b>	<b>7.466.511</b>	<b>7.915.282</b>	<b>8.854.421</b>

- (1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;
- (2) Em 02 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o Resgate Antecipado Obrigatório do saldo das Debêntures, no valor de R\$264.796, em cumprimento ao disposto na Cláusula 6.3 da Escritura de sua 7ª Emissão de Debêntures, com 20% dos recursos líquidos obtidos pela Cemig (controladora da Companhia) com a venda da sua participação acionária na Light.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

### Recompra parcial dos Eurobonds – Tender Offer

Em 19 de julho de 2021, foi iniciada a oferta de aquisição em dinheiro, por parte da Companhia (“Tender Offer”), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, remunerados a 9,25% ao ano, no montante principal de até US\$500 milhões. A implementação do Cash Tender considerou o preço de recompra de 116,25%, ou US\$1.162,50 por US\$1.000 do valor principal.

Em 30 de julho de 2021, foram recebidas ofertas de titulares de Notes representando o montante total de US\$774 milhões. Uma vez que o valor principal agregado de todas as Notes validamente ofertadas até a Data da Oferta Antecipada excedeu o montante máximo, a Cemig aceitou as Notes ofertadas em uma base pro rata, considerando o valor teto de US\$500 milhões.

Adicionalmente ao Valor Total de Aquisição, os titulares de Notes que foram validamente ofertadas e aceitas para a aquisição também receberam juros acumulados e não pagos desde, e incluindo, a última data de pagamento de juros até, mas não incluindo, a data inicial de liquidação, que ocorreu em 05 de agosto de 2021.

A liquidação financeira e cancelamento das notes ocorreu em 05 de agosto de 2021, sendo a previsão para encerramento das ofertas em 13 de agosto de 2021. Segue abaixo tabela com os efeitos relacionados à recompra dos bonds:

	%	US\$	R\$
<b>Valor principal</b>	100,00	500.000	2.568.500
Prêmio mercado + Tender	16,25	81.250	417.381
Juros provisionados	1,54	7.708	39.598
		<b>588.958</b>	<b>3.025.479</b>
IOF incidente sobre o prêmio	0,38	309	1.586
Imposto de renda incidente sobre o prêmio	17,65	14.338	73.655
Imposto de renda incidente sobre os juros provisionados	17,65	1.360	6.988
		<b>16.007</b>	<b>82.229</b>
<b>Total de pagamentos</b>		<b>604.966</b>	<b>3.107.708</b>
Desfazimento parcial do hedge			(774.409)
Ajuste positivo da NDF (*)			(23.699)
<b>Total</b>			<b>2.309.600</b>

(\*) Diferença entre a cotação do dólar PTAX no dia da compra (R\$5,137) em relação ao instrumento financeiro – NDF de proteção cambial, com a trava de compra do dólar na cotação de R\$5,0984.

### Garantias

Em 30 de junho de 2021 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido da seguinte forma:

Consolidado	30/06/2021
Aval e fiança	7.915.282
Recebíveis	16.648
<b>Total</b>	<b>7.931.930</b>

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2021	2022	2023	2024	Total
<b>Moedas</b>					
Dólar Norte Americano	56.703	-	-	7.503.300	7.560.003
<b>Total por moedas</b>	<b>56.703</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.503.300</b>	<b>7.560.003</b>
<b>Indexadores</b>					
IPCA (1)	8.517	383.572	-	-	392.089
TJLP (2)	14.255	2.393	-	-	16.648
<b>Total por indexadores</b>	<b>22.772</b>	<b>385.965</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>408.737</b>
(-) Custos de transação	-	(21)	-	(14.042)	(14.063)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	(22.747)	(22.747)
<b>Total geral</b>	<b>79.475</b>	<b>385.944</b>	<b>-</b>	<b>7.466.511</b>	<b>7.931.930</b>

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

Controladora	2021	2022	2023	2024	Total
<b>Moedas</b>					
Dólar Norte Americano	56.703	-	-	7.503.300	7.560.003
<b>Total por moedas</b>	<b>56.703</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.503.300</b>	<b>7.560.003</b>
<b>Indexadores</b>					
IPCA (1)	8.517	383.572	-	-	392.089
<b>Total por indexadores</b>	<b>8.517</b>	<b>383.572</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>392.089</b>
(-) Custos de transação	-	(21)	-	(14.042)	(14.063)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	(22.747)	(22.747)
<b>Total geral</b>	<b>65.220</b>	<b>383.551</b>	<b>-</b>	<b>7.466.511</b>	<b>7.915.282</b>

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição acumulada em 30/06/2021 (%)	Varição acumulada em 30/06/2020 (%)	Indexador	Varição acumulada em 30/06/2021 (%)	Varição acumulada em 30/06/2020 (%)
Dólar Norte-Americano	(3,74)	35,86	IPCA	3,77	0,10
			CDI	1,26	1,76
			TJLP	1,32	(11,31)

Moeda	Varição acumulada no período de abril a junho de 2021 (%)	Varição acumulada no período de abril a junho de 2020 (%)	Indexador	Varição acumulada no período de abril a junho de 2021 (%)	Varição acumulada no período de abril a junho de 2020 (%)
Dólar Norte-Americano	(12,20)	5,33	IPCA	1,68	(0,43)
			CDI	0,77	0,74
			TJLP	5,01	(2,95)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>8.885.711</b>	<b>8.854.421</b>
Varição monetária	21.410	20.758
Varição cambial	(291.750)	(291.750)
Encargos financeiros provisionados	446.203	443.263
Amortização dos custos de transação	10.520	10.520
Encargos financeiros pagos	(473.604)	(473.150)
Amortização de principal	(666.560)	(648.780)
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>7.931.930</b>	<b>7.915.282</b>

## Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig GT	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 2021	Semestral e anual
Eurobonds (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant (4)	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	Manter Índice igual ou superior a 1,20	-	Anual (durante o período de amortização)
Financiamento Caixa Econômica Federal	Patrimônio Líquido/Passivo Total	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente
Parajuru e Volta do Rio (3)	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente

- (1) 7ª emissão de debêntures da Companhia, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao Ebitda de 2,0x (1,75x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na Companhia em relação ao Ebitda de 1,5x.
- (3) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem *Covenants* Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020. Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada de todo o saldo devedor, no valor de R\$5.320 pela controlada Central Eólica Praias de Parajuru e R\$8.766 pela controlada Volta do Rio. Até a liquidação dos contratos, as garantias foram mantidas e as obrigações contratuais cumpridas.
- (4) O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e sua controladora encontram-se em conformidade com as cláusulas restritivas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 28.

## 20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
<b>Passivo</b>				
Reserva global de reversão – RGR	3.074	2.805	-	-
Compensação financ.pela utiliz. de recursos hídricos – CFURH	6.846	12.976	3.308	9.004
Conta de desenvolvimento energético – CDE	62.570	64.179	62.570	64.179
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	1.524	1.511	732	721
Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – Proinfa	9.781	7.435	9.781	7.435
Fundo nacional de desenv. científico tecnológico – FNDCT	1.300	1.980	918	1.329
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	27.546	137.557	21.466	125.146
Pesquisa expansão sistema energético	789	1.129	598	804
CDE sobre P&D	71.974	-	67.502	-
	<b>185.404</b>	<b>229.572</b>	<b>166.875</b>	<b>208.618</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>182.656</b>	<b>172.619</b>	<b>166.875</b>	<b>160.872</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>2.748</b>	<b>56.953</b>	<b>-</b>	<b>47.746</b>

## 21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	605.258	717.713	13.891	120.823	1.457.685
Despesa reconhecida no resultado	20.939	27.504	556	4.704	53.703
Contribuições pagas	(25.591)	(17.554)	(326)	(1.165)	(44.636)
Passivo líquido em 30 de junho de 2021	<b>600.606</b>	<b>727.663</b>	<b>14.121</b>	<b>124.362</b>	<b>1.466.752</b>
				<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Passivo circulante				70.528	66.206
Passivo não circulante				1.396.224	1.391.479

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$45.975 no período de janeiro a junho de 2021 (R\$47.979 no período de janeiro a junho de 2020), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$7.728 no período de janeiro a junho de 2021 (R\$4.922 no período de janeiro a junho de 2020).

### **Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz**

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a *déficits* atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$97.253 (R\$106.940 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de *superávit* da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

### **Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz**

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 30 de junho de 2021, o montante total a ser pago pela Companhia em decorrência desses déficits é de R\$122.219 (R\$122.234 em 31 de dezembro de 2020, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$81.655, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$40.564. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$36.304, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente à 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação das parcelas de abril, maio e junho de 2021, no montante de R\$501, que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento, que se encontra em sua fase inicial, de postulação.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019. A probabilidade de perda foi avaliada como possível, em decorrência da ação ainda estar em fase de conhecimento, não havendo decisões de mérito.

## 22. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

### Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	31/12/2020	Adições	Liquidações	30/06/2021
Trabalhistas	58.714	7.723	(3.598)	62.839
Cíveis	200	42	(28)	214
Tributárias	307.052	3.192	-	310.244
Regulatórias	3.426	790	(469)	3.747
Outras	49.156	5.622	(1.087)	53.691
<b>Total</b>	<b>418.548</b>	<b>17.369</b>	<b>(5.182)</b>	<b>430.735</b>

Controladora	31/12/2020	Adições	Liquidações	30/06/2021
Trabalhistas	58.687	7.722	(3.598)	62.811
Cíveis	200	42	(28)	214
Tributárias	307.014	3.191	-	310.205
Regulatórias	3.426	790	(469)	3.747
Outras	48.934	5.617	(1.087)	53.464
<b>Total</b>	<b>418.261</b>	<b>17.362</b>	<b>(5.182)</b>	<b>430.441</b>

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

### **Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível**

#### Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$156.824 (R\$140.378 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$62.839 foram provisionados (R\$58.714 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

#### *Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas*

Em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou parcialmente procedente duas Ações Declaratórias de Constitucionalidade e definiu que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa Selic, afastando a aplicabilidade da Taxa Referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral. Os efeitos desta decisão foram modulados da seguinte forma:

- Os pagamentos realizados, em tempo e modo oportunos, mediante aplicação da TR, do IPCA-E ou de qualquer outro índice, deverão ser mantidos válidos e não ensejarão qualquer rediscussão;
- Os processos em curso, que estejam sobrestados na fase de conhecimento, devem ter aplicação da taxa Selic de forma retroativa, sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF; e,
- Aplicação automática do entendimento às ações transitadas em julgado, desde que não haja qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros, inclusive em caso de omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais.

## Tributárias

### *Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$367.510 (R\$363.833 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$307.053 (R\$304.022 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos, em 30 de junho de 2021, para liquidar estas discussões.

### *Não homologação da Compensação de Créditos Tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$77.555 (R\$77.538 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$1.136 (R\$1.130 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

### *Demais Ações tributárias*

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$83.503 (R\$71.018 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$2.055 (R\$1.900 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$52.569 (R\$48.213 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$3.747 (R\$3.426 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$176.838 (R\$237.534 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$53.905 foram provisionados (R\$49.356 em 31 de dezembro de 2020). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito à prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros e às relações de consumo.

**Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial**

## Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

### *Indenização do anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, em 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$67.646 (R\$67.371 em 31 de dezembro de 2020), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$69.940 (R\$69.439 em 31 de dezembro de 2020) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

### *Contribuições Previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio-alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$18.299 (R\$18.146 em 31 de dezembro de 2020). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

### *Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)*

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$86.439 (R\$85.580 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

### Questões Regulatórias

#### *Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)*

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$402.190 (R\$376.228 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

## Questões Ambientais

### *Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas*

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$113.485 (R\$105.552 em 31 de dezembro de 2020).

### *Outras Questões Ambientais*

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$55.699 (R\$51.936 em 31 de dezembro de 2020), para os quais não há saldo provisionado, pois, a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

## IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controladora Cemig, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R\$83.246 em 30 de junho de 2021 (R\$76.055 em 31 de dezembro de 2020) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

## **23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS**

### **a) Capital Social**

Em 30 de junho de 2021, o capital social da Companhia é de R\$4.000.000 (R\$4.000.000 em 31 de dezembro de 2020), representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

### Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 30 de julho de 2021, a Cemig (controladora da Companhia) realizou adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$1.350.000, com a finalidade de compor os recursos necessários a esta controlada para implementação do Cash Tender. Maiores informações sobre a operação da *Tender Offer* na nota explicativa nº 19.

## b) Lucro básico e diluído por ação

O lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)
Quantidade de ações (A)	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período (B)	1.132.956	391.343	1.444.329	406.667
<b>Lucro por ação – básico e diluído (B/A) (em R\$)</b>	<b>0,39</b>	<b>0,14</b>	<b>0,50</b>	<b>0,14</b>

A opção de venda de investimentos descrita na nota explicativa nº 28 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

## c) Remuneração aos acionistas

Conforme previsto no seu Estatuto Social, a Companhia poderá, a critério da Administração, declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários. As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, são imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário das ações preferenciais, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

Em 29 de junho de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP no montante de R\$135.134, a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2021, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor.

## 24. RECEITAS

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecidas em bases mensais na medida em que ocorre: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

A composição da receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	3.707.083	3.440.383	3.286.052	3.126.255
Receita de transmissão (b)				
Receita de operação e manutenção	286.688	238.860	289.493	241.163
Receita de construção (nota 12)	62.134	104.056	62.134	104.056
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 12)	274.119	115.252	274.119	115.252
Receita de atualização da bonificação pela outorga (c)	243.404	146.412	-	-
Transações com energia na CCEE (d)	64.370	31.598	26.831	29.362
Receita por antecipação de prestação de serviço (e)	153.970	-	-	-
Outras receitas operacionais	40.635	70.265	61.784	38.633
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (f)	(941.310)	(808.660)	(831.915)	(729.042)
	<b>3.891.093</b>	<b>3.338.166</b>	<b>3.168.498</b>	<b>2.925.679</b>

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.809.641	1.548.549	1.602.022	1.395.771
Receita de transmissão (b)				
Receita de operação e manutenção	135.969	113.918	137.369	115.069
Receita de construção	39.683	42.815	39.683	42.815
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	129.077	43.672	129.077	43.672
Receita de atualização da bonificação pela outorga (c)	118.844	46.520	-	-
Transações com energia na CCEE (d)	14.521	7.074	12.574	20.257
Receita por antecipação de prestação de serviço (e)	153.970	-	-	-
Outras receitas operacionais	16.708	35.821	29.211	19.394
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (f)	(472.846)	(374.638)	(414.788)	(338.368)
	<b>1.945.567</b>	<b>1.463.731</b>	<b>1.535.148</b>	<b>1.298.610</b>

### (a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica - geração

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Jun/2021		Jan a Jun/2020		Jan a Jun/2021		Jan a Jun/2020	
	MWh (1)	R\$						
Industrial	7.003.926	1.856.353	5.447.608	1.367.439	6.508.633	1.734.330	4.861.182	1.280.495
Comercial	1.996.154	434.926	2.159.792	478.277	1.993.175	433.638	2.152.088	474.007
Rural	19.910	5.598	7.753	2.126	19.910	5.598	7.753	2.126
<b>Subtotal</b>	<b>9.019.990</b>	<b>2.296.877</b>	<b>7.615.153</b>	<b>1.847.842</b>	<b>8.521.718</b>	<b>2.173.566</b>	<b>7.021.023</b>	<b>1.756.628</b>
Fornec. não faturado, líquido	-	60.166	-	(49.144)	-	48.488	-	(58.154)
	<b>9.019.990</b>	<b>2.357.043</b>	<b>7.615.153</b>	<b>1.798.698</b>	<b>8.521.718</b>	<b>2.222.054</b>	<b>7.021.023</b>	<b>1.698.474</b>
Suprim. outras concessionárias (2)	5.392.806	1.441.807	6.690.190	1.626.054	4.768.751	1.140.727	6.421.175	1.401.938
Suprimento não faturado líquido	-	(91.767)	-	15.631	-	(76.729)	-	25.843
	<b>14.412.796</b>	<b>3.707.083</b>	<b>14.305.343</b>	<b>3.440.383</b>	<b>13.290.469</b>	<b>3.286.052</b>	<b>13.442.198</b>	<b>3.126.255</b>

	Consolidado				Controladora			
	Abr a Jun/2021		Abr a Jun/2020		Abr a Jun/2021		Abr a Jun/2020	
	MWh (1)	R\$						
Industrial	3.632.514	960.627	2.576.105	647.609	3.382.372	898.992	2.289.192	605.899
Comercial	996.727	221.144	1.039.722	233.236	995.843	220.780	1.037.899	231.573
Rural	12.944	3.733	4.314	1.183	12.944	3.733	4.314	1.183
<b>Subtotal</b>	<b>4.642.185</b>	<b>1.185.504</b>	<b>3.620.141</b>	<b>882.028</b>	<b>4.391.159</b>	<b>1.123.505</b>	<b>3.331.405</b>	<b>838.655</b>
Fornec. não faturado, líquido	-	(30.384)	-	(45.190)	-	(28.719)	-	(43.458)
	<b>4.642.185</b>	<b>1.155.120</b>	<b>3.620.141</b>	<b>836.838</b>	<b>4.391.159</b>	<b>1.094.786</b>	<b>3.331.405</b>	<b>795.197</b>
Suprim. outras concessionárias (2)	2.644.747	672.569	3.433.905	745.261	2.361.419	529.704	3.265.576	634.442
Suprimento não faturado líquido	-	(18.048)	-	(33.550)	-	(22.468)	-	(33.868)
	<b>7.286.932</b>	<b>1.809.641</b>	<b>7.054.046</b>	<b>1.548.549</b>	<b>6.752.578</b>	<b>1.602.022</b>	<b>6.596.981</b>	<b>1.395.771</b>

(1) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

## (b) Receita de Concessão da Transmissão

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Mais informações na nota explicativa nº 12.
- Receitas de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de concessão de transmissão relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção, e são reconhecidas nos períodos em que os serviços são executados, mediante o faturamento da RAP.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: Corresponde ao componente financeiro, reconhecido pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	Consolidado		Consolidado	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)
Receita de construção e melhorias	62.134	104.056	39.683	42.815
Custo de construção e melhorias	(47.124)	(74.044)	(28.059)	(26.846)
Margem	15.010	30.012	11.624	15.969
<b>Mark-up (%)</b>	<b>31,85%</b>	<b>40,53%</b>	<b>41,43%</b>	<b>59,48%</b>
Receita de operação e manutenção	286.688	238.860	135.969	113.918
Custo de operação e manutenção	(120.214)	(120.162)	(63.713)	(61.604)
Margem	166.474	118.698	72.256	52.314
<b>Mark-up (%)</b>	<b>138,48%</b>	<b>98,78%</b>	<b>113,41%</b>	<b>84,92%</b>

## (c) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

## (d) Receita de transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

### (e) Receita por antecipação de prestação de serviços

Refere-se à negociação com consumidor livre que resultou na antecipação de receita referente à prestação de serviços de comercialização pela controlada ESCEE.

### (f) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)
<b>Tributos sobre a Receita</b>				
ICMS	337.121	272.317	304.833	244.692
Cofins	323.289	286.595	279.576	258.926
PIS/Pasep	70.182	62.447	60.697	56.214
ISSQN	7.105	2.917	2.103	1.294
	<b>737.697</b>	<b>624.276</b>	<b>647.209</b>	<b>561.126</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>				
Reserva Global de Reversão – RGR	7.320	7.651	6.121	6.581
Conta de desenvolvimento energético – CDE	121.752	113.587	121.752	113.587
CDE sobre P&D	3.247	-	2.530	-
Proinfra	30.671	17.739	30.671	17.739
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	3.364	6.867	2.430	5.525
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	6.611	6.867	4.960	5.525
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	3.306	3.433	2.480	2.763
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	9.142	5.689	4.390	4.549
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	18.200	22.551	9.372	11.647
	<b>203.613</b>	<b>184.384</b>	<b>184.706</b>	<b>167.916</b>
	<b>941.310</b>	<b>808.660</b>	<b>831.915</b>	<b>729.042</b>

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)
<b>Tributos sobre a Receita</b>				
ICMS	173.709	129.389	157.664	115.795
Cofins	158.300	126.749	135.482	115.365
PIS/Pasep	34.364	27.516	29.414	25.046
ISSQN	6.575	1.390	1.880	619
	<b>372.948</b>	<b>285.044</b>	<b>324.440</b>	<b>256.825</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>				
Reserva Global de Reversão – RGR	3.583	3.877	2.988	3.347
Conta de desenvolvimento energético – CDE	60.363	56.016	60.363	56.016
CDE sobre P&D	3.247	-	2.530	-
Proinfra	14.336	10.023	14.336	10.023
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (reversão)	(157)	2.369	(203)	1.732
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	3.090	2.369	2.327	1.732
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.546	1.184	1.163	867
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	4.571	2.843	2.195	2.272
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	9.319	10.913	4.649	5.554
	<b>99.898</b>	<b>89.594</b>	<b>90.348</b>	<b>81.543</b>
	<b>472.846</b>	<b>374.638</b>	<b>414.788</b>	<b>338.368</b>

## 25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)
Pessoal (a)	156.636	155.531	145.931	149.536
Participação dos empregados no resultado	13.106	8.037	12.990	7.990
Obrigações pós-emprego (nota 21)	45.975	47.979	45.975	47.979
Materiais	13.010	6.166	5.053	4.026
Serviços de terceiros (b)	75.365	69.754	56.504	50.048
Depreciação e amortização (1)	97.012	104.175	67.612	74.617
Provisões (c)	36.306	55.272	36.312	42.993
Encargos de uso da rede básica de transmissão	97.508	98.288	73.225	72.320
Energia elétrica comprada para revenda (d)	1.932.266	1.785.145	1.902.993	1.780.952
Custo de construção de infraestrutura de transmissão (e)	47.124	74.044	47.124	74.044
Outros custos e despesas operacionais líquidos (f)	33.169	28.230	28.132	13.874
	<b>2.547.477</b>	<b>2.432.621</b>	<b>2.421.851</b>	<b>2.318.379</b>

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$54 para consolidado e R\$53 para controladora.

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)
Pessoal (a)	81.081	80.483	74.097	76.232
Participação dos empregados no resultado	5.960	1.838	5.869	1.815
Obrigações pós-emprego	23.282	25.452	23.282	25.452
Materiais	8.130	3.017	3.021	1.800
Serviços de terceiros (b)	40.914	34.852	30.901	24.569
Depreciação e amortização (1)	49.137	51.736	34.418	37.206
Provisões (c)	41.222	23.992	41.092	11.761
Encargos de uso da rede básica de transmissão	48.588	48.854	36.674	35.775
Energia elétrica comprada para revenda (d)	952.880	871.396	936.566	867.560
Custo de construção de infraestrutura de transmissão (e)	28.059	26.846	28.059	26.846
Outros custos e despesas operacionais líquidos (f)	18.102	19.911	16.183	6.977
	<b>1.297.355</b>	<b>1.188.377</b>	<b>1.230.162</b>	<b>1.115.993</b>

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$26 para consolidado e R\$25 para controladora.

### a) Pessoal

#### Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2021

Em maio de 2021, a Cemig (controladora da Cemig GT) aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2021), com período de adesão de 10 a 31 de maio de 2021, sendo elegíveis todos os empregados da Cemig, Cemig D e Cemig GT, salvo as exceções previstas no Programa. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 36 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 10,5 remunerações.

O custo total para o programa corresponde a R\$6.168, representando a adesão de 53 empregados. Em abril de 2020, o montante apropriado na fase de reabertura do PDVP 2020, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$11.348 representando a adesão de 61 empregados.

## b) Serviços de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Comunicação	1.998	1.343	1.852	1.094
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	18.863	19.137	10.317	8.442
Conservação e limpeza de prédios	12.033	12.278	9.890	9.852
Mão de obra contratada	1.160	1.525	1.940	1.512
Fretes e passagens	149	487	148	486
Hospedagem e alimentação	1.553	1.051	1.546	1.028
Vigilância	4.043	3.530	2.559	2.270
Consultoria	3.630	2.249	2.944	1.959
Tecnologia da informação	9.178	6.708	7.818	5.577
Energia elétrica	2.459	2.166	1.490	1.825
Meio ambiente	3.891	3.733	2.154	2.877
Limpeza de faixas	3.570	1.772	3.570	1.772
Serviços de reprografia	1.317	1.270	572	731
Serviços advocatícios e custas processuais	1.484	1.736	1.484	1.555
Outros	10.037	10.769	8.220	9.068
	<b>75.365</b>	<b>69.754</b>	<b>56.504</b>	<b>50.048</b>

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Comunicação	1.201	439	1.122	344
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	10.840	10.293	6.352	4.440
Conservação e limpeza de prédios	6.174	6.185	5.211	4.994
Mão de obra contratada	1.091	860	1.141	854
Fretes e passagens	73	83	72	83
Hospedagem e alimentação	849	319	846	307
Vigilância	2.069	1.733	1.368	1.169
Consultoria	1.182	1.208	1.135	1.047
Tecnologia da informação	5.072	2.785	4.044	2.340
Energia elétrica	1.422	951	780	791
Meio ambiente	2.435	1.768	1.342	1.286
Limpeza de faixas	2.329	1.220	2.329	1.220
Serviços de reprografia	716	964	386	487
Serviços advocatícios e custas processuais	395	1.219	395	1.082
Outros	5.066	4.825	4.378	4.125
	<b>40.914</b>	<b>34.852</b>	<b>30.901</b>	<b>24.569</b>

## c) Provisões operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (nota 7) (1)	5.579	16.297	5.592	4.021
Provisão para contingências (nota 22) (2)				
Trabalhistas	7.723	8.409	7.722	8.409
Cíveis	42	6	42	6
Tributárias	3.192	5.053	3.191	5.053
Regulatórias	790	167	790	167
Outras	5.622	2.540	5.617	2.537
	<b>17.369</b>	<b>16.175</b>	<b>17.362</b>	<b>16.172</b>
	<b>22.948</b>	<b>32.472</b>	<b>22.954</b>	<b>20.193</b>
Variação de valor justo de derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 28)	13.358	22.800	13.358	22.800
	<b>36.306</b>	<b>55.272</b>	<b>36.312</b>	<b>42.993</b>

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (1)	6.691	12.754	6.565	478
Provisão para contingências (2)				
Trabalhistas	3.242	5.763	3.242	5.808
Cíveis	7	1	7	1
Tributárias	1.850	2.463	1.849	2.464
Regulatórias	293	62	293	62
Outras	2.614	961	2.611	960
	<b>8.006</b>	<b>9.250</b>	<b>8.002</b>	<b>9.295</b>
	<b>14.697</b>	<b>22.004</b>	<b>14.567</b>	<b>9.773</b>
Variação de valor justo de derivativos				
Opção de venda SAAG	26.525	1.988	26.525	1.988
	<b>41.222</b>	<b>23.992</b>	<b>41.092</b>	<b>11.761</b>

(1) A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada na demonstração de resultado como despesas com vendas.

(2) As provisões para contingências são apresentadas na demonstração dos resultados do período como despesas operacionais.

#### d) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Energia de curto prazo – CCEE	65.662	215.980	50.091	212.995
Energia adquirida no ambiente livre	2.059.164	1.743.809	2.043.598	1.742.145
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(192.560)	(174.644)	(190.696)	(174.188)
	<b>1.932.266</b>	<b>1.785.145</b>	<b>1.902.993</b>	<b>1.780.952</b>

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Energia de curto prazo – CCEE	24.830	55.732	16.003	52.464
Energia adquirida no ambiente livre	1.023.321	900.703	1.014.959	899.845
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(95.271)	(85.039)	(94.396)	(84.749)
	<b>952.880</b>	<b>871.396</b>	<b>936.566</b>	<b>867.560</b>

#### e) Custo de Construção da Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Pessoal	4.725	3.266	4.725	3.266
Materiais	28.401	51.649	28.401	51.649
Serviços de terceiros	13.995	19.084	13.995	19.084
Outros	3	45	3	45
	<b>47.124</b>	<b>74.044</b>	<b>47.124</b>	<b>74.044</b>

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Pessoal	2.956	2.063	2.956	2.063
Materiais	14.711	19.081	14.711	19.081
Serviços de terceiros	10.396	5.653	10.396	5.653
Outros (recuperação de despesas)	(4)	49	(4)	49
	<b>28.059</b>	<b>26.846</b>	<b>28.059</b>	<b>26.846</b>

## f) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)
Arrendamentos e aluguéis (1)	1.166	2.085	252	1.177
Propaganda e publicidade	1.421	467	1.396	467
Despesa concessão onerosa	1.678	1.387	1.673	1.382
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	5.694	941	5.066	790
Anuidade CCEE	1.335	1.371	1.334	1.349
Seguros	7.204	6.071	6.174	5.049
Forluz – Custeio administrativo	3.429	3.285	3.428	3.284
Obrigações derivadas de contratos de investimento (2)	9.012	-	9.012	-
Ajuste referente à reversão por desvalorização em investimentos	-	8.459	-	-
Outros (recuperação de despesas)	2.230	4.164	(203)	376
	<b>33.169</b>	<b>28.230</b>	<b>28.132</b>	<b>13.874</b>

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Arrendamentos e aluguéis (1)	596	976	60	515
Propaganda e publicidade	1.298	305	1.273	306
Despesa concessão onerosa	886	707	884	704
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	5.075	616	4.655	551
Anuidade CCEE	676	699	675	677
Seguros	3.535	2.935	3.009	2.430
Forluz – Custeio administrativo	1.762	1.667	1.762	1.666
Obrigações derivadas de contratos de investimento (2)	3.633	-	3.633	-
Ajuste referente à desvalorização em investimentos	-	8.459	-	-
Outros (recuperação de despesas)	641	3.547	232	128
	<b>18.102</b>	<b>19.911</b>	<b>16.183</b>	<b>6.977</b>

- (1) Referem-se aos arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16 /CPC 06 (R2), assim como arrendamentos de baixo valor ou prazo inferior a um ano.
- (2) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$141 milhões em 30 de junho de 2021 (R\$119 milhões em 31 de dezembro de 2020), cabendo à Cemig o valor de R\$50 milhões (R\$41 milhões em 31 de dezembro de 2020).

## 26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de aplicação financeira	27.161	15.375	20.075	8.991
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	3.163	4.840	2.652	1.742
Variação monetária	5.519	4.984	4.300	3.038
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	943	2.541	937	2.446
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	291.750	-	291.750	-
Ganhos com inst. financeiros derivativos (swap) (nota 28)	-	1.800.960	-	1.800.960
Encargos de créditos com partes relacionadas	-	2.680	-	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (nota 8a)	2.063	7.859	1.881	7.549
Outras	19.822	16.334	19.168	15.919
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(2.278)	(430)	(2.164)	(1.845)
	<b>348.143</b>	<b>1.855.143</b>	<b>338.599</b>	<b>1.838.800</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(446.203)	(473.701)	(443.263)	(472.565)
Amortização dos custos de transação (nota 19)	(10.520)	(5.982)	(10.520)	(5.982)
Variação monetária – Forluz	(7.728)	(4.922)	(7.728)	(4.922)
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(21.410)	(13.000)	(20.758)	(7.452)
Variações monetárias	(14.579)	(4.585)	(7.733)	(3.868)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	-	(2.167.950)	-	(2.167.950)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (swap) (nota 28)	(612.765)	-	(612.765)	-
Variação monetária de arrendamento (nota 16)	(2.434)	(2.677)	(2.326)	(2.619)
Outras	(1.556)	(5.701)	(1.503)	(845)
	<b>(1.117.195)</b>	<b>(2.678.518)</b>	<b>(1.106.596)</b>	<b>(2.666.203)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(769.052)</b>	<b>(823.375)</b>	<b>(767.997)</b>	<b>(827.403)</b>

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de aplicação financeira	18.246	8.095	13.560	5.448
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	1.804	2.794	1.483	1.012
Variação monetária	3.292	2.860	2.077	914
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	4.018	-	6.779
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	683	1.029	679	1.004
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	1.042.650	-	1.042.650	-
Ganhos com inst. financeiros derivativos (swap)	-	486.720	-	486.720
Encargos de créditos com partes relacionadas	-	2.680	-	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins	1.087	3.557	977	3.417
Outras	9.640	4.806	9.432	4.800
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(1.329)	733	(1.265)	(771)
	<b>1.076.073</b>	<b>517.292</b>	<b>1.069.593</b>	<b>509.323</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(194.439)	(224.291)	(194.292)	(223.711)
Amortização dos custos de transação	(7.469)	(2.995)	(7.469)	(2.995)
Variação monetária – Forluz	(3.570)	(999)	(3.570)	(999)
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.818)	-	(7.626)	-
Variações monetárias	(6.442)	(2.212)	(3.280)	(2.020)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	-	(415.950)	-	(415.950)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (swap)	(425.417)	-	(425.417)	-
Variação monetária de arrendamento	(1.167)	(1.313)	(1.112)	(1.286)
Outras	(1.556)	(3.234)	(902)	(442)
	<b>(647.878)</b>	<b>(650.994)</b>	<b>(643.668)</b>	<b>(647.403)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>428.195</b>	<b>(133.702)</b>	<b>425.925</b>	<b>(138.080)</b>

## 27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
<b>CEMIG</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	479.093	891.998	-	-	-	-
<b>Coligada (1)</b>								
<b>Madeira Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	8.231	2.173	103.524	69.386	49.776	13.014	(668.741)	(450.420)
<b>Controladas em conjunto (1)</b>								
<b>Aliança Geração</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	-	7	6.704	6.260	271	266	(42.926)	(39.782)
Prestação de serviço	486	313	-	-	2.423	2.198	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	19.930	114.430	-	-	-	-	-	-
Contingências (3)	-	-	50.388	41.376	-	-	(9.012)	-
<b>Norte Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	130	130	8.208	-	13.895	13.859	(49.522)	-
Adiantamento de entrega futura de energia (4)	-	-	-	-	-	-	-	(19.931)
<b>Baguari Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Prestação de serviço (5)	211	211	-	-	82	559	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	10.835	-	-	-	-	-	-	-
<b>Lightger</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	2.823	1.646	-	-	(15.026)	(11.599)
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Retiro Baixo</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre capital próprio e dividendos	3.929	-	-	-	-	-	-	-
<b>Hidrelétrica Pipoca</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	3.036	2.728	-	-	(18.315)	(9.582)
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.313	2.680	-	-	-	-	-	-
<b>Hidrelétrica Cachoeirão</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre capital próprio e dividendos	4.020	-	-	-	-	-	-	-
<b>TAESA</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	856	940	123	-	(5.115)	(6.238)
Prestação de serviço (5)	198	289	-	-	567	295	-	-
<b>Hidrelétrica Itaocara</b>								
<b>Circulante</b>								
Ajuste para perdas (6)	-	-	29.297	29.615	-	-	-	-
<b>Cemig Geração Poço Fundo</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	294	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Partes Relacionadas</b>								
<b>Cemig Distribuição</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de compartilhamento (7)	558	1.707	-	-	1.845	791	-	-
Operações com energia elétrica (2)	30.817	29.268	844	1.016	160.564	139.475	(13.318)	(13.357)

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes	471.881	57.797	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.251.688	1.131.739	-	-	14.124	8.680	-	-
<b>Não circulante</b>								
Títulos e valores mobiliários	310.547	254.481	-	-	-	-	-	-
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações pós-emprego (8)	-	-	38.317	35.907	-	-	(20.939)	(21.660)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (9)	-	-	-	-	-	-	(10.397)	(9.524)
Custeio administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(3.428)	(3.284)
Arrendamento operacional (11)	34.126	37.062	4.553	4.824	-	-	(526)	(5.674)
<b>Não circulante</b>								
Obrigações pós-emprego (8)	-	-	562.289	569.351	-	-	-	-
Arrendamento operacional (11)	-	-	32.580	34.639	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Circulante</b>								
Plano de saúde e odontológico (12)	-	-	35.458	32.380	-	-	(28.060)	(26.336)
<b>Não circulante</b>								
Plano de saúde e odontológico (12)	-	-	706.326	699.224	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- (1) Os relacionamentos entre a Cemig Geração e Transmissão e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 13);
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (3) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$141 milhões (R\$119 milhões em 31 de dezembro de 2020), cabendo à Cemig o valor de R\$50 milhões (R\$41 milhões em 31 de dezembro de 2020).;
- (4) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feita em 2019 à Norte Energia S.A., estabelecida por meio de Leilão, sendo o contrato registrado na CCEE. A Norte entregou a energia contratada à Cemig de 01/01/2020 até 31/12/2020. Não houve previsão de atualização financeira para o contrato;
- (5) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
- (6) Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide nota explicativa nº 13);
- (7) Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (8) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 21);
- (9) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (11) Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig Geração e Transmissão;
- (12) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 21).

## Dividendos a receber

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Sá Carvalho S.A.	-	-	7.000	-
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	58.000	-
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	27.793	-
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	3.000	-
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	10.061	-
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	28.127	-
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	294	294
Cemig Trading S.A.	-	-	14.558	-
Aliança Geração de Energia S.A.	19.930	114.430	19.930	114.430
Outras (1)	20.098	2.680	22.410	2.680
	<b>40.028</b>	<b>117.110</b>	<b>191.173</b>	<b>117.404</b>

(1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

## Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários”, no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 35,68% em 30 de junho de 2021.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

## Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Remuneração	1.860	1.373
Participação nos resultados	169	351
Previdência privada	179	84
Planos de saúde e odontológico	12	11
Total (1)	<b>2.220</b>	<b>1.819</b>

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

	Nível	30/06/2021		31/12/2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Custo amortizado (1)</b>					
Títulos e valores mobiliários	2	409.730	409.730	465.128	465.128
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	2	848.308	848.308	1.027.137	1.027.137
Fundos vinculados	2	60.988	60.988	53.565	53.565
Depósitos vinculados a litígios	2	160.291	160.291	160.321	160.321
Bonificação pela outorga – Concessões de geração	3	2.658.162	2.658.162	2.549.198	2.549.198
		<b>4.137.479</b>	<b>4.137.479</b>	<b>4.255.349</b>	<b>4.255.349</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras		740.511	740.511	374.478	374.478
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	1	35.832	35.832	123.738	123.738
Letras financeiras – Bancos	2	618.407	618.407	551.425	551.425
Letras financeiras do Tesouro	1	498.776	498.776	246.471	246.471
		<b>1.893.526</b>	<b>1.893.526</b>	<b>1.296.112</b>	<b>1.296.112</b>
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	1.349.736	1.349.736	2.948.930	2.948.930
Indenizações a receber – Geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		<b>2.165.938</b>	<b>2.165.938</b>	<b>3.765.132</b>	<b>3.765.132</b>
		<b>8.196.943</b>	<b>8.196.943</b>	<b>9.316.593</b>	<b>9.316.593</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Custo amortizado (1)</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(7.931.930)	(7.931.930)	(8.885.711)	(8.885.711)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(97.253)	(97.253)	(106.940)	(106.940)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz	2	(122.219)	(122.219)	(122.234)	(122.234)
Concessões a pagar	3	(26.463)	(26.463)	(23.476)	(23.476)
Fornecedores	2	(419.243)	(419.243)	(465.939)	(465.939)
Operações de arrendamento mercantil	2	(38.901)	(38.901)	(44.543)	(44.543)
		<b>(8.636.009)</b>	<b>(8.636.009)</b>	<b>(9.648.843)</b>	<b>(9.648.843)</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	(59.032)	(59.032)	-	-
Opções de venda (SAAG)	3	(549.513)	(549.513)	(536.155)	(536.155)
		<b>(9.244.554)</b>	<b>(9.244.554)</b>	<b>(10.184.998)</b>	<b>(10.184.998)</b>

(1) Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções, desde que todas as variáveis relevantes deste modelo se baseiem em dados de mercado observáveis. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

### **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia referem-se a opções de venda e operações de *swap* para proteção de dívidas.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

### Outros passivos financeiros

A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 140,97% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 6,20%, CDI + 1,06% a 2,10%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

## b) Instrumentos financeiros derivativos

### Opções de venda SAAG

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderiam ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda é correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo até a data de exercício antecipado da opção (mais detalhes na sequência desta nota), contabilizada pelo seu valor justo por meio do resultado, mensurado pelo modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”).

Encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$549.513 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos e o vencimento da opção de venda, conforme descrito a seguir, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	536.155
Variação do valor justo	13.358
Saldo em 30 de junho de 2021	549.513

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

### Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 09 de setembro de 2020, o administrador dos FIP, Banco Modal S.A., comunicou aos cotistas sobre o início do processo de liquidação antecipada dos fundos Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em razão do decurso do prazo de 180 dias contados da sua renúncia e da renúncia do gestor do Fundo aos respectivos cargos, sem que tenha havido indicação de novos prestadores de serviço, conforme previsto no regulamento do Fundo.

Conforme estabelecido em contrato, a liquidação dos Fundos é um dos eventos que implicaria o vencimento antecipado da opção, cujo interesse de exercício foi manifestado pelas entidades de previdência complementar no período de 09 de setembro a 02 de outubro de 2020.

Entretanto, é entendimento da Administração da Companhia, manifestado aos Fundos, que as premissas e condições que fundamentaram o investimento na Santo Antônio Energia e a estrutura jurídica dos diversos contratos firmados para esse fim sofreram modificações substanciais que resultaram em desequilíbrio nas opções.

Dessa forma, utilizando-se de prerrogativa constante dos instrumentos de opção, a Companhia tentou por meio do mecanismo contratual da Via Amigável uma negociação com as entidades de previdência complementar dos termos de valoração e pagamento das opções. Devido ao insucesso negocial amigável, a Companhia invocou a cláusula de arbitragem para resolução de conflitos entre as partes, a qual encontra-se pendente de decisão pela Câmara de Comércio Brasil Canadá do estado de São Paulo.

A Administração da Companhia mantém seus registros contábeis atualizados com base nos termos de valoração das opções previstos nos contratos.

### **Operações de Swap**

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em 2021, a Companhia iniciou estudos e contratações de forma a tomar ações direcionadas à gestão prudente dos seus passivos e reduzir o risco de liquidez e de exposição à moeda estrangeira. Nesse contexto, em 19 de julho de 2021 foi iniciada a oferta de aquisição em dinheiro (“Tender Offer”), por parte da Companhia, de títulos de dívidas no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, no montante principal de até U\$500 milhões.

No âmbito da implementação da operação, em 07 e 08 de junho de 2021, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$500 milhões, apurando-se, em favor da Companhia, o valor de R\$774.409.

Para mitigar a exposição cambial até a recompra efetiva dos títulos em moeda estrangeira, a Companhia contratou, em 04 de junho de 2021, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$600 milhões, travando o dólar em R\$5,0984. O instrumento contratado foi uma NDF (Non Deliverable Forward), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Companhia uma taxa predeterminada no momento do vencimento, que é 03 de agosto de 2021. Para mais informações sobre a Tender Offer, ver nota explicativa nº 19.

Em 07 de junho de 2021 aconteceu a liquidação semestral de juros do swap, com resultado positivo de R\$271.053 e entrada líquida de caixa de R\$230.395 para a Companhia. O valor total de realização do hedge no período, até 30 de junho de 2021, incluindo a liquidação parcial dos instrumentos informada acima, foi de R\$1.045.462, com entrada líquida de caixa de R\$888.642.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado 30/06/2021	Ganho/(Perda) realizado 31/12/2020
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	954.841	328.817
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	90.621	165.884
					<b>1.045.462</b>	<b>494.701</b>

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 30 de junho de 2021, no montante de R\$612.765 (ajuste positivo de R\$1.800.960 em 30 de junho de 2020), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações dos derivativos contratados inicialmente são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual. A controladora Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Companhia. As contrapartes da NDF são os Bancos Deutsche Bank, Bradesco, XP Inc. e Goldman Sachs.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato em 30/06/2021	Valor justo em 30/06/2021	Valor conforme contrato em 31/12/2020	Valor justo em 31/12/2020
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ 151,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	850.232	774.770	1.772.477	2.110.490
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	554.520	574.966	587.945	838.440
US\$ variação cambial acima de R\$5,0984 (3)	US\$ variação cambial abaixo de R\$5,0984	03/08/2021	Balcão	US\$600.000	(57.720)	(59.032)	-	-
					<b>1.347.032</b>	<b>1.290.704</b>	<b>2.360.422</b>	<b>2.948.930</b>
<b>Ativo circulante</b>						<b>160.784</b>		<b>522.579</b>
<b>Ativo não circulante</b>						<b>1.188.952</b>		<b>2.426.351</b>
<b>Passivo Circulante</b>						<b>(59.032)</b>		<b>-</b>

(1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Em julho de 2021, a Companhia desmontou um total de US\$500 milhões da emissão original do hedge. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R\$5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL.

(2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

(3) A Companhia contratou US\$600 milhões de contratos de NDF (*non deliverable forward*) a um dólar médio de R\$ 5,0984.

A Companhia utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 30 de junho de 2021 foi de R\$1.290.704 (R\$2.948.930 em 31 de dezembro de 2020), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação do derivativo em 30 de junho de 2021, porém os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (*accrued*) de R\$1.404.752 em 30 de junho de 2021 (R\$2.360.422 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 30 de junho de 2022, seria afetado, positivamente, pelos instrumentos derivativos (*swap* e *call spread*), em R\$56.124. O valor justo do instrumento financeiro será de R\$1.405.860, sendo R\$1.061.366 referente à opção (*call spread*) e R\$344.494 referentes ao *swap*.

A Companhia mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado	Cenário base 30/06/2021	Cenário provável 30/06/2022	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	4.307.796	4.154.733	3.700.008	3.269.043
Swap ponta passiva	(3.888.459)	(3.810.239)	(3.866.994)	(3.921.242)
Opção/Call Spread	930.399	1.061.366	631.569	200.789
NDF	(59.032)	-	-	-
<b>Instrumento derivativo de hedge</b>	<b>1.290.704</b>	<b>1.405.860</b>	<b>464.583</b>	<b>(451.410)</b>

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

### c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

### Risco de taxas de câmbio

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal de acordo com a Política de Hedge da Companhia. A exposição da Companhia aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento foram descritas no tópico “Operações de *Swap*” desta nota explicativa.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa, cuja exposição líquida é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Moeda estrangeira		Moeda estrangeira	
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(1.511.336)	(7.560.003)	(1.511.336)	(7.853.959)
Passivo líquido exposto		<u>(7.560.003)</u>		<u>(7.853.959)</u>

### Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 30 de junho de 2022, será uma valorização de 3,95% para o dólar (R\$5,20) norte-americano. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais: Consolidado	30/06/2021	30/06/2022		
	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar 5,20	Cenário Possível +25% Dólar 6,50	Cenário Remoto +50% Dólar 7,80
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(7.560.003)	(7.858.945)	(9.823.681)	(11.788.418)
Passivo líquido exposto	<u>(7.560.003)</u>	<u>(7.858.945)</u>	<u>(9.823.681)</u>	<u>(11.788.418)</u>
Efeito líquido da variação cambial		<u>(298.942)</u>	<u>(2.263.678)</u>	<u>(4.228.415)</u>

### Risco de Taxa de Juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre as despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem sobre as receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 5)	740.511	374.478	652.646	289.877
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic (nota 6)	1.562.745	1.386.762	1.333.700	1.089.599
Fundos vinculados – CDI	60.988	53.565	19.121	18.351
	<b>2.364.244</b>	<b>1.814.805</b>	<b>2.005.467</b>	<b>1.397.827</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 19)	-	(288.839)	-	(288.839)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - TJLP (nota 19)	(16.648)	(31.290)	-	-
	<b>(16.648)</b>	<b>(320.129)</b>	<b>-</b>	<b>(288.839)</b>
<b>Ativo líquido exposto</b>	<b>2.347.596</b>	<b>1.494.676</b>	<b>2.005.467</b>	<b>1.108.988</b>

### Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 30 de junho de 2022, a taxa Selic será de 7,00% e a taxa TJLP será de 4,72%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco – Redução nas Taxa de juros nacionais: Consolidado	30/06/2021	30/06/2022		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 7,00% TJLP 4,72%	Cenário Possível -25% SELIC 5,25% TJLP 3,54%	Cenário Remoto -50% SELIC 3,50% TJLP 2,36%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 5)	740.511	792.347	779.388	766.429
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	1.562.745	1.672.137	1.644.789	1.617.441
Fundos vinculados	60.988	65.257	64.190	63.123
	<b>2.364.244</b>	<b>2.529.741</b>	<b>2.488.367</b>	<b>2.446.993</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - TJLP (nota 19)	(16.648)	(17.434)	(17.237)	(17.041)
	<b>(16.648)</b>	<b>(17.434)</b>	<b>(17.237)</b>	<b>(17.041)</b>
<b>Ativo líquido exposto</b>	<b>2.347.596</b>	<b>2.512.307</b>	<b>2.471.130</b>	<b>2.429.952</b>
<b>Efeito líquido da variação das taxas de juros</b>		<b>164.711</b>	<b>123.534</b>	<b>82.356</b>

### **Risco de inflação**

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução das taxas de inflação em 30 de junho de 2021, sendo parte de seus empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como seus passivos de pós-emprego são atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas também estão relacionados à variação da inflação por meio do IPCA, contrabalanceando parte do risco de exposição da Companhia.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
<b>Ativos</b>				
Geração – Bonificação de outorga - IPCA (nota 11)	2.658.162	2.549.198	-	-
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 19)	(392.089)	(761.520)	(392.089)	(761.520)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(97.253)	(106.940)	(97.253)	(106.940)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(122.219)	(122.234)	(122.219)	(122.234)
	<b>(611.561)</b>	<b>(990.694)</b>	<b>(611.561)</b>	<b>(990.694)</b>
<b>Ativo (Passivo) líquido exposto</b>	<b>2.046.601</b>	<b>1.558.504</b>	<b>(611.561)</b>	<b>(990.694)</b>

### Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 30 de junho de 2022, a taxa IPCA será de 4,27%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Redução da inflação: Consolidado	30/06/2021	30/06/2022		
	Valor Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
		IPCA 4,27%	-25% IPCA 3,20%	-50% IPCA 2,14%
<b>Ativos</b>				
Geração - Bonificação de outorga - IPCA (nota 11)	2.658.162	2.771.666	2.743.223	2.715.047
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 19)	(392.089)	(408.831)	(404.636)	(400.480)
Dívida pactuada c/fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(97.253)	(101.406)	(100.365)	(99.334)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(122.219)	(127.438)	(126.130)	(124.834)
	<b>(611.561)</b>	<b>(637.675)</b>	<b>(631.131)</b>	<b>(624.648)</b>
<b>Ativo líquido exposto</b>	<b>2.046.601</b>	<b>2.133.991</b>	<b>2.112.092</b>	<b>2.090.399</b>
<b>Efeito líquido da variação da inflação</b>		<b>87.390</b>	<b>65.491</b>	<b>43.798</b>

### **Risco de Liquidez**

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca, também, retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos financeiros à taxa de juros:</b>						
<b>Pós-fixadas</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.622	5.275	1.206.860	8.231.633	-	9.446.390
Concessões a pagar	299	590	2.694	12.640	15.892	32.115
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2.962	5.944	27.311	76.433	-	112.650
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.309	2.636	12.095	69.938	112.880	198.858
	<b>7.192</b>	<b>14.445</b>	<b>1.248.960</b>	<b>8.390.644</b>	<b>128.772</b>	<b>9.790.013</b>
<b>Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	411.055	7.484	704	-	-	419.243
	<b>418.247</b>	<b>21.929</b>	<b>1.249.664</b>	<b>8.390.644</b>	<b>128.772</b>	<b>10.209.256</b>

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos financeiros à taxa de juros:</b>						
<b>Pós-fixadas</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	1.197.848	8.231.633	-	9.429.481
Concessões a pagar	299	590	2.694	12.640	15.892	32.115
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2.962	5.944	27.311	76.433	-	112.650
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.309	2.636	12.095	69.938	112.880	198.858
	<b>4.570</b>	<b>9.170</b>	<b>1.239.948</b>	<b>8.390.644</b>	<b>128.772</b>	<b>9.773.104</b>
<b>Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	395.747	251	694	-	-	396.692
	<b>400.317</b>	<b>9.421</b>	<b>1.240.642</b>	<b>8.390.644</b>	<b>128.772</b>	<b>10.169.796</b>

## Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2021, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$40.358.

A Companhia administra o risco de perdas advindas de insolvência de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza aplicações financeiras que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos;
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1)
Risco federal (RF)	-	10%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Entre 0% e 7%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo Cemig;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal” e “A1” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

### **Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig**

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do Covid-19 encontra-se apresentada na nota 1b..

### **Risco hidrológico**

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

### **Risco de antecipação do vencimento de dívidas**

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente. Mais detalhes na nota explicativa nº 19.

### **d) Administração de capital**

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
<b>Total do passivo</b>	<b>13.179.252</b>	<b>14.613.694</b>	<b>12.783.905</b>	<b>14.206.769</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(743.809)	(384.397)	(654.804)	(290.995)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 6)	(1.252.198)	(1.132.281)	(1.068.684)	(889.671)
<b>Passivo líquido</b>	<b>11.183.245</b>	<b>13.097.016</b>	<b>11.060.417</b>	<b>13.026.103</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>6.839.993</b>	<b>5.842.171</b>	<b>6.839.993</b>	<b>5.842.171</b>
<b>Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido</b>	<b>1,63</b>	<b>2,24</b>	<b>1,62</b>	<b>2,23</b>

## 29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro.

A Companhia atua no segmento de geração e transmissão enquanto que suas controladas atuam apenas no segmento de geração e comercialização.

Os segmentos reportados refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

A partir do 1º trimestre de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia passou a avaliar individualmente o desempenho da comercialização de energia, utilizando informações sobre seus resultados que suportam a tomada de decisão em relação à alocação de recursos a esta atividade de negócio. A mudança na composição dos segmentos divulgáveis da Companhia decorre da sua crescente atuação no mercado de energia, para atendimento e manutenção de seus contratos, especialmente após a redução de sua geração própria, o que levou à definição de critérios de segregação para obtenção de informações relativas a lucros e prejuízos deste segmento, relevantes à Administração. O segmento de comercialização se caracteriza pela compra e venda de energia elétrica no mercado livre e regulado, bem como pelas atividades correlatas aos seus procedimentos comerciais e mercadológicos, inclusive no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Adicionalmente, o resultado das coligadas e controladas em conjunto passou a ser avaliado como um único segmento, que tem como atribuição a avaliação das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia. A segregação desse segmento tem como principal objetivo o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas por essas sociedades, para garantir a sustentabilidade e a maximização de seu retorno para a Companhia.

Assim, a partir do 1º trimestre de 2021, as informações por segmentos passaram a ser elaboradas considerando 4 segmentos reportáveis, sendo:

- Geração: compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas e eólicas.
- Transmissão: compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia.
- Comercialização: compreende a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos.
- Participações: compreende a gestão das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia.

A transferência da energia da atividade de geração para a comercialização consubstancia as transações inter segmentos, que consistem na obtenção de receita pela venda de energia gerada e em custos pela compra da energia a ser comercializada, mensurados por um preço de venda estimado de acordo com critérios baseados no modelo de gestão desses negócios pela Companhia, utilizando como referência preços de mercado.

As informações por segmento na nova base de segmentação, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020 estão apresentadas de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2021								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização					
RECEITA LÍQUIDA	1.461.448	418.725	2.833.770	-	4.713.943	(793.581)	(29.269)	3.891.093
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(285.249)	-	(2.540.912)	-	(2.826.161)	793.581	2.806	(2.029.774)
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)</b>								
Pessoal	(77.498)	(55.698)	(10.275)	(13.165)	(156.636)	-	-	(156.636)
Participação dos empregados no resultado	(5.861)	(5.093)	(976)	(1.176)	(13.106)	-	-	(13.106)
Obrigações pós-emprego	(20.266)	(18.057)	(3.336)	(4.316)	(45.975)	-	-	(45.975)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(91.398)	(33.545)	(6.049)	(17.015)	(148.007)	-	26.463	(121.544)
Depreciação e amortização	(94.674)	(1.708)	(267)	(363)	(97.012)	-	-	(97.012)
Provisões	(8.646)	(6.113)	(6.224)	(15.323)	(36.306)	-	-	(36.306)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(47.124)	-	-	(47.124)	-	-	(47.124)
<b>Total do custo de operação</b>	<b>(298.343)</b>	<b>(167.338)</b>	<b>(27.127)</b>	<b>(51.358)</b>	<b>(544.166)</b>	-	<b>26.463</b>	<b>(517.703)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(583.592)</b>	<b>(167.338)</b>	<b>(2.568.039)</b>	<b>(51.358)</b>	<b>(3.370.327)</b>	<b>793.581</b>	<b>29.269</b>	<b>(2.547.477)</b>
Ganhos com repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	909.601	-	-	-	909.601	-	-	909.601
Revisão Tarifaria Periódica, líquida	-	217.063	-	-	217.063	-	-	217.063
Resultado de equivalência patrimonial	21.661	-	-	(144.501)	(122.840)	-	-	(122.840)
<b>RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS</b>	<b>1.809.118</b>	<b>468.450</b>	<b>265.731</b>	<b>(195.859)</b>	<b>2.347.440</b>	-	-	<b>2.347.440</b>
Resultado financeiro	(270.284)	(143.678)	6.547	(361.637)	(769.052)	-	-	(769.052)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>1.538.834</b>	<b>324.772</b>	<b>272.278</b>	<b>(557.496)</b>	<b>1.578.388</b>	-	-	<b>1.578.388</b>
Imposto de renda e contribuição social	(437.273)	(99.443)	(45.378)	136.662	(445.432)	-	-	(445.432)
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>	<b>1.101.561</b>	<b>225.329</b>	<b>226.900</b>	<b>(420.834)</b>	<b>1.132.956</b>	-	-	<b>1.132.956</b>

- (1) As transações inter segmentos são integralmente do segmento de geração para comercialização, conforme explicado acima;
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

## INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2020

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização (1)					
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>3.042.213</b>	<b>295.953</b>	-	-	<b>3.338.166</b>	-	-	<b>3.338.166</b>
<b>CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA</b>								
Energia de uso da rede básica de transmissão	(98.288)	-	-	-	(98.288)	-	-	(98.288)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.785.145)	-	-	-	(1.785.145)	-	-	(1.785.145)
	<b>(1.883.433)</b>	-	-	-	<b>(1.883.433)</b>	-	-	<b>(1.883.433)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)</b>								
Pessoal	(96.728)	(58.803)	-	-	(155.531)	-	-	(155.531)
Participação dos empregados no resultado	(5.048)	(2.989)	-	-	(8.037)	-	-	(8.037)
Obrigações pós-emprego	(25.746)	(22.233)	-	-	(47.979)	-	-	(47.979)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(88.528)	(15.622)	-	-	(104.150)	-	-	(104.150)
Depreciação e amortização	(101.627)	(2.548)	-	-	(104.175)	-	-	(104.175)
Provisões	(37.305)	(17.967)	-	-	(55.272)	-	-	(55.272)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(74.044)	-	-	(74.044)	-	-	(74.044)
<b>Total do custo de operação</b>	<b>(354.982)</b>	<b>(194.206)</b>	-	-	<b>(549.188)</b>	-	-	<b>(549.188)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(2.238.415)</b>	<b>(194.206)</b>	-	-	<b>(2.432.621)</b>	-	-	<b>(2.432.621)</b>
Revisão tarifária periódica, líquida		479.703			479.703			479.703
Resultado de equivalência patrimonial	22.222	-	-	(24.617)	(2.395)	-	-	(2.395)
<b>RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS</b>	<b>826.020</b>	<b>581.450</b>	-	<b>(24.617)</b>	<b>1.382.853</b>	-	-	<b>1.382.853</b>
Resultado financeiro	(739.072)	(84.303)	-	-	(823.375)	-	-	(823.375)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>86.948</b>	<b>497.147</b>	-	<b>(24.617)</b>	<b>559.478</b>	-	-	<b>559.478</b>
Imposto de renda e contribuição social	(10.919)	(157.216)	-	-	(168.135)	-	-	(168.135)
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>	<b>76.029</b>	<b>339.931</b>	-	<b>(24.617)</b>	<b>391.343</b>	-	-	<b>391.343</b>

(1) Os resultados do negócio de comercialização estão apresentados no segmento de geração, uma vez que no exercício de 2020 essa atividade era considerada como um elemento do negócio de geração, sendo impraticável a sua segregação utilizando as mesmas premissas da nova base de segmentação. Assim, para o semestre findo em 30 de junho de 2020 não apresentamos o segmento de comercialização e não existem transações inter segmentos;

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia.

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3, os efeitos da reapresentação dos saldos correspondentes em 30 de junho de 2020 se referem integralmente ao segmento de transmissão.

### **30. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI**

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde 2019. Em reunião ordinária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 24 de junho de 2021, foram designados os membros integrantes para a CPI, que apurará os atos da gestão da Companhia. A CPI tem poderes para, em 120 dias contados a partir da nomeação de seu Presidente e Vice-Presidente, realizar as investigações sobre os fatos que fundamentaram o requerimento de instauração da Comissão.

Através de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente aos investimentos e desinvestimentos em participações societárias, gestão de pessoas e processos de inexigibilidade de licitação, que estão sendo atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

A Companhia reafirmou o compromisso de prestar todas as informações necessárias ao pleno entendimento e esclarecimentos das suas decisões de gestão.

## DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicados de outra forma)

### Lucro líquido do período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro semestre de 2021, um lucro líquido de R\$1.132.956 em comparação ao lucro líquido de R\$391.343 no primeiro semestre de 2020 (reapresentado), representando um aumento de 189,50%. Essa variação é devida, basicamente, ao reconhecimento, no primeiro semestre de 2021, de ganhos com a repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, no montante de R\$909.601. Mais detalhes na nota explicativa nº 15.

As principais variações na receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

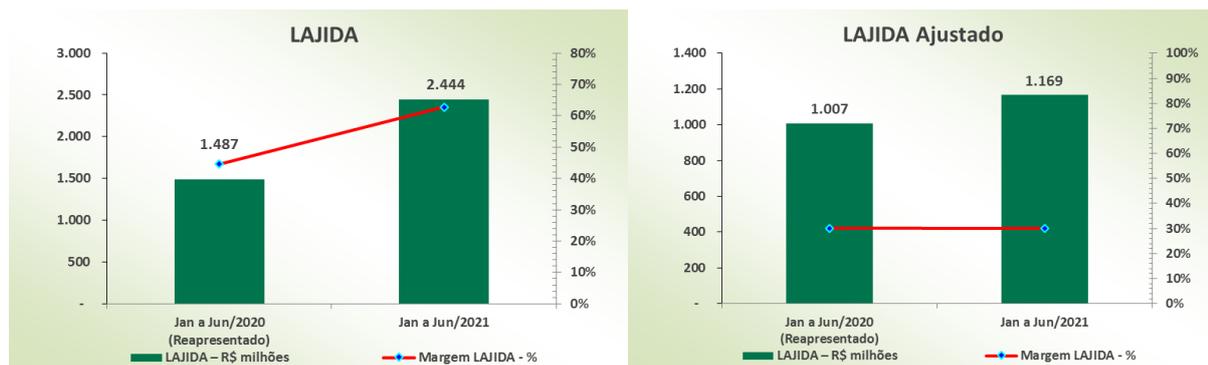
### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida

O Lajida da Cemig Geração e Transmissão, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 16,09% no primeiro semestre de 2021 em comparação ao primeiro semestre de 2020 e a margem do Lajida ajustado da Companhia passou de 30,17% para 30,04% nos períodos analisados.

O Lajida, calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, aumentou 64,39% no primeiro semestre de 2021, em comparação ao primeiro semestre de 2020 e a margem do Lajida da Companhia passou de 44,55% para 62,81% nos períodos analisados.

Lajida – R\$ milhares	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (Reapresentado)	Var %
Lucro líquido do período	1.132.956	391.343	189,50
+ Despesa de IR e Contribuição Social correntes e diferidos	445.432	168.135	164,93
+ Resultado financeiro líquido	769.052	823.375	(6,60)
+ Depreciação e amortização	97.012	104.175	(6,88)
<b>= Lajida conforme “Instrução CVM 527” (1)</b>	<b>2.444.452</b>	<b>1.487.028</b>	<b>64,39</b>
<b>Efeitos não recorrentes e não caixa</b>			
- Ganho com repactuação do risco hidrológico, líquido (nota 15)	(909.601)	-	-
- Receita por antecipação de prestação de serviço, líquida (*)	(148.350)	-	-
- Resultado da RTP, líquido (nota 12)	(217.063)	(479.703)	(54,75)
<b>= Lajida ajustado (2)</b>	<b>1.169.438</b>	<b>1.007.325</b>	<b>16,09</b>

(\*) O montante refere-se à antecipação de valores pela prestação de serviços da controlada ESCEE para consumidor livre, líquido de PIS/Pasep e Cofins.



- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o LAJIDA calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste Comentário.

### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Jan a Jun/2021			Jan a Jun/2020		
	MWh <sup>2</sup>	R\$ (milhares)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) <sup>1</sup>	MWh <sup>2</sup>	R\$ (milhares)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) <sup>1</sup>
Industrial	7.003.926	1.856.353	265,04	5.447.608	1.367.439	251,02
Comercial	1.996.154	434.926	217,88	2.159.792	478.277	221,45
Rural	19.910	5.598	281,17	7.753	2.126	274,22
<b>Subtotal</b>	<b>9.019.990</b>	<b>2.296.877</b>	<b>254,64</b>	<b>7.615.153</b>	<b>1.847.842</b>	<b>242,65</b>
Fornec. não faturado, líquido	-	60.166	-	-	(49.144)	-
	<b>9.019.990</b>	<b>2.357.043</b>	<b>259,40</b>	<b>7.615.153</b>	<b>1.798.698</b>	<b>242,84</b>
Suprim. outras concessionárias (3)	5.392.806	1.441.807	267,36	6.690.190	1.626.054	243,05
Suprim. não faturado líquido	-	(91.767)	-	-	15.631	-
	<b>14.412.796</b>	<b>3.707.083</b>	<b>257,21</b>	<b>14.305.343</b>	<b>3.440.383</b>	<b>240,50</b>

- (1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.  
 (2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.  
 (3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.707.083 no primeiro semestre de 2021 em comparação a R\$3.440.383 no mesmo período de 2020, um aumento de 7,75% no período, associado, principalmente, aos seguintes fatores:

- Aumento de 28,57% no consumo dos clientes livres da classe industrial, associado, principalmente, à efetivação de novos contratos de venda de energia com início de fornecimento em janeiro de 2021;
- Redução de 19,39% na venda para comercializadores e geradores de energia, devido a um maior volume de vendas de curto prazo nos primeiros meses de 2020, com objetivo de resgatar parte do crédito que a Companhia possui na CCEE; e

- Variação positiva de 6,95% no preço médio de energia de janeiro a junho de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, em função, principalmente, do reajuste dos contratos de venda de energia no ACR, em média, de 3,26%. O incremento no preço médio de energia no mercado livre decorre das vendas a comercializadoras a prazos menores, no período de janeiro a junho de 2020, considerando preços de mercado mais baixos, vigentes no período.

### ***Receita de concessão da transmissão***

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- A receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$286.688 no primeiro semestre de 2021, comparados a R\$238.860 no período de janeiro a junho de 2020 (reapresentado), um aumento de 20,02%;
- As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$62.134 no período de janeiro a junho de 2021, comparados a R\$104.056 no período de janeiro a junho de 2020 (reapresentado), uma redução de 40,29%, em razão, principalmente, da redução de investimentos em transmissão, diante da redefinição dos investimentos em melhorias de pequeno porte, devido às alterações regulatórias, suspensão de contratos com fornecedores de obras de reforços e redução da margem de construção no período; e
- Por outro lado, houve aumento de 137,84% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R\$274.119 e R\$115.252 (reapresentado) no período de janeiro a junho de 2021 e de 2020, respectivamente, em razão, principalmente, do aumento da base de remuneração dos ativos vinculados aos contratos 006/1997 e 079/2000, a partir da revisão tarifária periódica - RTP homologada pela Aneel em 30 de junho de 2020 e 30 dezembro de 2020, respectivamente.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 12.

### ***Receita com transações com energia na CCEE***

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$64.370 no período de janeiro a junho de 2021 em comparação a R\$31.598 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 103,72%. Esse aumento deve-se, principalmente, à sobra de energia no primeiro semestre de 2021, quando comparada com as posições do primeiro semestre de 2020. Nesse período de 2020, foram realizadas vendas bilaterais de curto prazo que provocaram a exposição da companhia na CCEE em diversos meses.

Adicionalmente, ocorreu um aumento de 52,65% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD), apresentando valor médio de R\$201,01/MWh no período de janeiro a junho de 2021 comparado a R\$131,68/MWh para o mesmo período de 2020, em função do cenário de escassez hídrica.

### ***Receita por antecipação de prestação de serviços***

Receita no montante de R\$153.970 decorrente da negociação com consumidor livre que resultou na antecipação de receita referente à prestação de serviços de comercialização pela controlada ESCEE, em junho de 2021.

### ***Impostos e encargos incidentes sobre a receita***

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$941.310 no período de janeiro a junho de 2021 comparados a R\$808.660 no mesmo período de 2020 (reapresentado), um aumento de 16,40%. As principais variações estão descritas a seguir.

#### Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)

Anualmente, a Aneel aprova o orçamento do programa, sendo que os valores são recolhidos pela Companhia por meio da cobrança dos Encargos de Uso da Rede Básica e repassados integralmente à Eletrobrás, gestora destes recursos.

Os encargos referentes ao Proinfa foram de R\$30.671 no período de janeiro a junho de 2021, comparados a R\$17.739 no mesmo período de 2020, um aumento de 72,90%, devido, principalmente, ao aumento das cotas aprovadas para o programa em 2021, em comparação a 2020.

#### Conta de Desenvolvimento Energético

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$121.752 no período de janeiro a junho de 2021 comparados a R\$113.587 no mesmo período de 2020, um crescimento de 7,19%, associado, principalmente, ao aumento da demanda contratada de energia ou medida do consumidor.

#### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

### ***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os custos e despesas operacionais foram de R\$2.547.477 no período de janeiro a junho de 2021 em comparação a R\$2.432.621 no período de janeiro a junho de 2020 (reapresentado), representando um aumento de 4,72%.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

#### Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$75.365 no período de janeiro a junho de 2021, comparada a R\$69.754 no mesmo período de 2020, representando um crescimento de 8,04%, decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aumento de 36,82% nas despesas com tecnologia da informação, sendo de R\$9.178 no período de janeiro a junho de 2021, comparada a R\$6.708 no mesmo período de 2020;
- Aumento de 61,41% nas despesas com consultoria, sendo de R\$3.630 no período de janeiro a junho de 2021, comparada a R\$2.249 no mesmo período de 2020; e
- Aumento de 101,47% nas despesas com limpeza de faixas, sendo de R\$3.570 no período de janeiro a junho de 2021, comparada a R\$1.772 no mesmo período de 2020.

#### Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.932.266 no período de janeiro a junho de 2021, comparado a R\$1.785.145 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 8,24%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 18,08% nos custos com energia adquirida no ambiente livre, sendo de R\$2.059.164 no período de janeiro a junho de 2021, em comparação a R\$1.743.809 no período de janeiro a junho de 2020, associado, principalmente à maior alocação das compras no processo de sazonalização e efetivação de novos contratos de compra; e
- referido aumento foi parcialmente compensado pela redução de 69,60% das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$65.662 no período de janeiro a junho de 2021, em comparação a R\$215.980 no período de janeiro a junho de 2020. Essa redução deve-se, principalmente, à sobra de energia no período de janeiro a junho de 2021, quando comparada às posições do período de janeiro a junho de 2020. Nesse período de 2020, foram realizadas vendas bilaterais de curto prazo que aumentaram a exposição da companhia na CCEE em diversos meses.

### Participação dos empregados no resultado

O montante de despesa relacionada à participação dos empregados no resultado foi de R\$13.106 no período de janeiro a junho de 2021, em comparação a R\$8.037 no mesmo período em 2020, representando um aumento de 63,07%. Esta variação decorre do crescimento do resultado consolidado da Cemig, controladora da Companhia, base de cálculo para o pagamento de participação, tendo em vista que os acordos coletivos da Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e Cemig são unificados.

### Custo de construção

O custo de construção foi de R\$47.124 no período de janeiro a junho de 2021, em comparação a R\$74.044 no período de janeiro a junho de 2020, uma redução de 36,36%, em razão, principalmente, da redução de investimentos em transmissão, diante da redefinição dos investimentos em melhorias de pequeno porte, devido às alterações regulatórias e a suspensão de contratos com fornecedores de obras de reforços

### Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R\$36.306 no período de janeiro a junho de 2021 em comparação a uma despesa de R\$55.272 no mesmo período de 2020, uma redução de 34,31%. Essa variação é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução de 65,77% na perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) constituída no período de janeiro a junho de 2021, no valor de R\$5.579 em comparação à constituição de R\$16.297 no mesmo período em 2020, em função, principalmente, da retomada da economia, que resultou em menores índices de inadimplência; e
- Redução de 41,41% nas provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$13.358 no período de janeiro a junho de 2021, em comparação à constituição de R\$22.800 no mesmo período de 2020. Essa variação ocorreu devido à alteração na metodologia de cálculo, cuja mensuração do valor justo era baseada no modelo Black-Scholes-Merton (BSM) até a data de exercício da opção, e passou a considerar a atualização do valor da obrigação pelo IPCA acrescido da taxa de 7% ao ano. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 28.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 25c.

### ***Resultado de equivalência patrimonial***

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$122.840 no período de janeiro a junho de 2021 em comparação ao reconhecimento de perdas líquidas no montante de R\$2.395 no mesmo período de 2020. Esta variação se deve, principalmente, ao reconhecimento de maiores perdas com a investida Santo Antônio Energia, que apresentou resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$167.920 no período de janeiro a junho de 2021, em comparação ao resultado negativo de R\$45.156 no período de janeiro a junho de 2020.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 13.

### ***Resultado Financeiro Líquido***

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$769.052 no período de janeiro a junho de 2021 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$823.375 no mesmo período de 2020. Essa variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- Variação negativa do dólar no primeiro semestre de 2021, de 3,74%, em comparação à variação positiva de 35,86% no mesmo período de 2020, gerando o registro de receitas no primeiro semestre de 2021, no montante de R\$291.750, e despesas no mesmo período de 2020, de R\$2.167.950; e
- O valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou variação negativa no primeiro semestre de 2021, no montante de R\$612.765, em comparação ao reconhecimento de ganho no mesmo período de 2020, no montante de R\$1.800.960. Em 30 de junho de 2021, a variação do valor justo do instrumento de hedge decorre da depreciação da curva futura do dólar e da elevação da curva futura de juros.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

A Companhia apurou no período de janeiro a junho 2021, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$445.432 em relação ao lucro de R\$1.578.388 antes dos efeitos fiscais, representando 28,22% de alíquota efetiva. No período de janeiro a junho de 2020, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$168.135 (reapresentado) em relação ao lucro de R\$559.478 (reapresentado) antes dos efeitos fiscais, representando 30,05% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9(d).

## Resultado do trimestre

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no segundo trimestre de 2021, um lucro líquido de R\$1.444.329 em comparação ao lucro líquido de R\$406.667 no segundo trimestre de 2020 (reapresentado), um aumento de 255,16%. Essa variação é devida, basicamente, ao reconhecimento, no segundo trimestre de 2021, de ganhos com a repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, no montante de R\$909.601. Mais detalhes na nota explicativa nº 15.

As principais variações na receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

### **Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida**

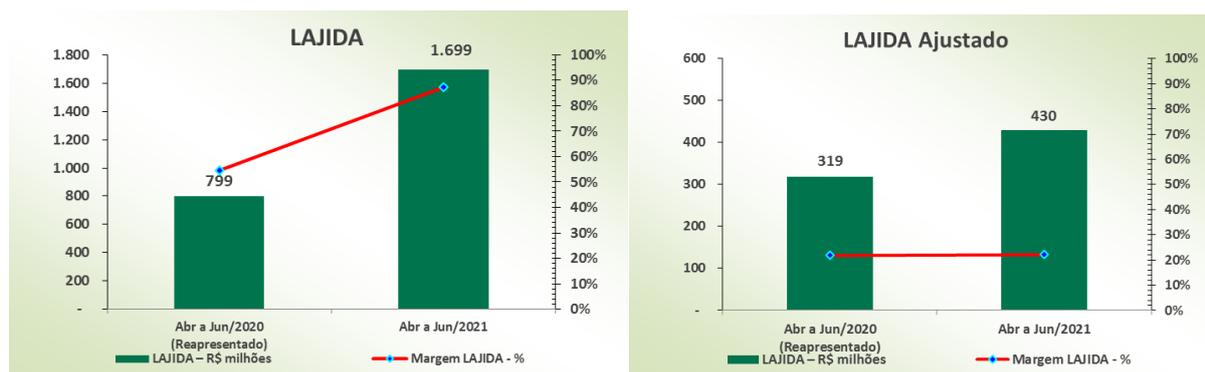
O Lajida da Cemig Geração e Transmissão, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 34,59% no segundo trimestre de 2021 em comparação ao segundo trimestre de 2020. Em linha com essa variação, a margem do Lajida ajustado da Companhia passou de 21,79% para 22,10% nos períodos analisados.

O Lajida, calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, aumentou 112,64% no segundo trimestre de 2021, em comparação ao segundo trimestre de 2020 e a margem do Lajida da Companhia passou de 54,58% para 87,31% nos períodos analisados.

As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste Comentário.

Lajida – R\$ milhares	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (Reapresentado)	Var %
Lucro líquido do período	1.444.329	406.667	255,16
+ Despesa de IR e Contribuição Social correntes e diferidos	633.579	206.836	206,32
+/- Resultado financeiro líquido	(428.195)	133.702	-
+ Depreciação e amortização	49.137	51.736	(5,02)
<b>= Lajida conforme “Instrução CVM 527” (1)</b>	<b>1.698.850</b>	<b>798.941</b>	<b>112,64</b>
<b>Efeitos não recorrentes e não caixa</b>			
- Ganhos com repactuação do risco hidrológico, líquido (nota 15)	(909.601)	-	-
- Receita por antecipação de prestação de serviço, líquida (*)	(148.350)	-	-
- Resultado da RTP, líquido (nota 12)	(211.247)	(479.703)	(55,96)
<b>= Lajida ajustado (2)</b>	<b>429.652</b>	<b>319.238</b>	<b>34,59</b>

(\*) O montante refere-se à antecipação de valores pela prestação de serviços da controlada ESCEE para consumidor livre, líquido de PIS/Pasep e Cofins.



- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o LAJIDA calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Abr a Jun/2021			Abr a Jun/2020 (reapresentado)		
	MWh <sup>2</sup>	R\$ (milhares)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) <sup>1</sup>	MWh <sup>2</sup>	R\$ (milhares)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) <sup>1</sup>
Industrial	3.632.514	960.627	264,45	2.576.105	647.609	251,39
Comercial	996.727	221.144	221,87	1.039.722	233.236	224,33
Rural	12.944	3.733	288,40	4.314	1.183	274,22
<b>Subtotal</b>	<b>4.642.185</b>	<b>1.185.504</b>	<b>255,38</b>	<b>3.620.141</b>	<b>882.028</b>	<b>243,64</b>
Fornec. não faturado, líquido	-	(30.384)	-	-	(45.190)	-
	<b>4.642.185</b>	<b>1.155.120</b>	<b>254,99</b>	<b>3.620.141</b>	<b>836.838</b>	<b>230,69</b>
Suprim. outras concessionárias (3)	2.644.747	672.569	254,30	3.433.905	745.261	217,03
Suprim. não faturado líquido	-	(18.048)	-	-	(33.550)	-
	<b>7.286.932</b>	<b>1.809.641</b>	<b>248,34</b>	<b>7.054.046</b>	<b>1.548.549</b>	<b>219,53</b>

- (1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.
- (2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.
- (3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.809.641 no segundo trimestre de 2021 em comparação a R\$1.548.549 no mesmo período de 2020, um aumento de 16,86% no período, associado, principalmente, aos seguintes fatores:

- Aumento de 41,41% no consumo dos clientes livres da classe industrial, associado, principalmente, à efetivação de novos contratos de venda de energia com início de fornecimento em janeiro de 2021;
- Redução de 22,98% na venda para comercializadores e geradores de energia, devido a um maior volume de vendas de curto prazo nos primeiros meses de 2020, com objetivo de resgatar parte do crédito que a Companhia possui na CCEE; e

- Variação positiva de 13,12% no preço médio da energia de abril a junho de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, em função, principalmente, do reajuste dos contratos de venda de energia no ACR, em média, de 3,32%. O incremento no preço médio de energia no mercado livre decorre das vendas a comercializadoras a prazos menores, no período de abril a junho de 2020, considerando preços de mercado mais baixos, vigentes no período.

### ***Receita de concessão da transmissão***

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- A receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$135.969 no segundo trimestre de 2021, comparados a R\$113.918 no segundo trimestre de 2020 (reapresentado), um aumento de 19,36%;
- As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$39.683 no segundo trimestre de 2021, comparados a R\$42.815 no segundo trimestre de 2020 (reapresentado), uma redução de 7,32%, em razão, principalmente, da redução da margem de construção no período; e
- Por outro lado, houve aumento de 195,56% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R\$129.077 e R\$43.672 (reapresentado) no segundo trimestre de 2021 e de 2020, respectivamente, em razão, principalmente, do aumento da base de remuneração dos ativos vinculados aos contratos 006/1997 e 079/2000, a partir da revisão tarifária periódica - RTP homologada pela Aneel em 30 de junho de 2020 e 30 de dezembro de 2020, respectivamente.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 12.

### ***Receita com transações com energia na CCEE***

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$14.521 no segundo trimestre de 2021 em comparação a R\$7.074 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 105,27%. Esse aumento deve-se, principalmente, à sobra de energia no segundo trimestre de 2021, quando comparada às posições deficitárias do segundo trimestre de 2020. Nesse período de 2020, foram realizadas vendas bilaterais de curto prazo que provocaram a exposição da Companhia na CCEE.

Adicionalmente, ocorreu um aumento de 204,01% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD), apresentando valor médio de R\$229,44/MWh no segundo trimestre de 2021 comparado a R\$75,47/MWh para o mesmo período de 2020.

### ***Receita por antecipação de prestação de serviços***

Receita no montante de R\$153.970 decorrente da negociação com consumidor livre que resultou na antecipação de receita referente à prestação de serviços de comercialização pela controlada ESCEE, em junho de 2021.

### ***Impostos e encargos incidentes sobre a receita***

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$472.846 no segundo trimestre de 2021 comparados a R\$374.638 no mesmo período de 2020 (reapresentado), um aumento de 26,21%. As principais variações estão descritas a seguir.

#### Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)

Anualmente, a Aneel aprova o orçamento do programa, sendo que os valores são recolhidos pela Companhia por meio da cobrança dos Encargos de Uso da Rede Básica e repassados integralmente à Eletrobrás, gestora destes recursos.

Os encargos referentes ao Proinfa foram de R\$14.336 no segundo trimestre de 2021, comparados a R\$10.023 no mesmo período de 2020, um aumento de 43,03%, devido, principalmente, ao aumento das cotas aprovadas para o programa em 2021, em comparação a 2020.

#### Conta de Desenvolvimento Energético

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$60.363 no segundo trimestre de 2021 comparados a R\$56.016 no mesmo período de 2020, um crescimento de 7,76%, associado, principalmente, ao aumento da demanda contratada de energia ou medida do consumidor.

#### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

### ***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os custos e despesas operacionais foram de R\$1.297.355 no segundo trimestre de 2021 em comparação a R\$1.188.377 no segundo trimestre de 2020 (reapresentado), representando um aumento de 9,17%.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

#### Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$40.914 no período de abril a junho de 2021, comparada a R\$34.852 no mesmo período de 2020, representando um crescimento de 17,39%, decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aumento de 82,12% nas despesas com tecnologia da informação, sendo de R\$5.072 no período de janeiro a junho de 2021, comparada a R\$2.785 no mesmo período de 2020; e
- Aumento de 90,90% nas despesas com limpeza de faixas, sendo de R\$2.329 no período de janeiro a junho de 2021, comparada a R\$1.220 no mesmo período de 2020.

#### Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$952.880 no segundo trimestre de 2021, comparado a R\$871.396 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 9,35%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 13,61% nos custos com energia adquirida no ambiente livre, sendo de R\$1.023.321 no segundo trimestre de 2021, em comparação a R\$900.703 no segundo trimestre de 2020, associado, principalmente à efetivação de novos contratos de compra; e
- referido aumento foi parcialmente compensado pela redução de 55,45% das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$24.830 no segundo trimestre de 2021, em comparação a R\$55.732 no segundo trimestre de 2020. Essa redução deve-se, principalmente, à sobra de energia no segundo trimestre de 2021, quando comparada às posições deficitárias do segundo trimestre de 2020. Nesse período de 2020, foram realizadas vendas bilaterais de curto prazo que provocaram a exposição da companhia na CCEE.

#### Participação dos empregados no resultado

O montante de despesa relacionada à participação dos empregados no resultado foi de R\$5.960 no segundo trimestre de 2021, em comparação a R\$1.838 no mesmo período em 2020. Esta variação decorre do crescimento do resultado consolidado da Cemig, controladora da Companhia, base de cálculo para o pagamento de participação, tendo em vista que os acordos coletivos da Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e Cemig são unificados.

### Custo de construção

O custo de construção foi de R\$28.059 no segundo trimestre de 2021, em comparação a R\$26.846 no segundo trimestre de 2020, um aumento de 4,52%. Essa variação está associada, principalmente, à retomada do volume de investimentos no segundo trimestre de 2021.

### Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R\$41.222 no segundo trimestre de 2021 em comparação a uma despesa de R\$23.992 no mesmo período de 2020, um aumento de 71,82%. Essa variação é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aumento nas provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma despesa de R\$26.525 no segundo trimestre de 2021, em comparação à constituição de R\$1.988 no mesmo período de 2020. Essa variação ocorreu devido à alteração na metodologia de cálculo, cuja mensuração do valor justo era baseada no modelo Black-Scholes-Merton (BSM) até a data de exercício da opção, e passou a considerar a atualização do valor da obrigação pelo IPCA acrescido da taxa de 7% ao ano. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 28; e
- Referido aumento foi parcialmente compensado pela redução de 47,54% na perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) constituída no segundo trimestre de 2021, no valor de R\$6.691 em comparação à constituição de R\$12.754 no mesmo período em 2020. Essa variação decorre, principalmente, da retomada da economia, que resultou em menores índices de inadimplência.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 25c.

### ***Resultado de equivalência patrimonial***

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$119.347 no segundo trimestre de 2021 em comparação ao reconhecimento de perdas líquidas no montante de R\$7.852 no mesmo período de 2020. Esta variação se deve, principalmente, ao reconhecimento de maiores perdas com a investida Santo Antônio Energia, que apresentou resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$88.665 no segundo trimestre de 2021, em comparação ao resultado negativo de R\$18.528 no segundo trimestre de 2020.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 13.

### **Resultado Financeiro Líquido**

O resultado financeiro correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$428.195 no segundo trimestre de 2021 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$133.702 no mesmo período de 2020. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Desvalorização do dólar no segundo trimestre de 2021, de 12,20%, em comparação à variação positiva de 5,33% no mesmo período de 2020, gerando o reconhecimento de receitas de variação cambial da dívida em moeda estrangeira no montante de R\$1.042.650 e despesas de R\$415.950, respectivamente; e
- Variação negativa do valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados ao Eurobonds no segundo trimestre de 2021 e contrapondo o efeito positivo de 2020. No segundo trimestre de 2021, a variação do valor justo do instrumento financeiro gerou uma despesa no montante de R\$425.417, em comparação à receita de R\$486.720, registrada no segundo trimestre de 2020. No segundo trimestre de 2021, a variação negativa do valor justo decorre da depreciação da curva futura do dólar e da elevação da curva futura de juros.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

A Companhia apurou no segundo trimestre 2021, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$633.579 em relação ao lucro de R\$2.077.908 antes dos efeitos fiscais, representando 30,49% de alíquota efetiva. No segundo trimestre de 2020, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$206.836 (reapresentado) em relação ao lucro de R\$613.503 (reapresentado) antes dos efeitos fiscais, representando 33,71% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9(d).

\*\*\*\*\*

(Original assinado pelos signatários abaixo)

**Reynaldo Passanezi Filho**  
Diretor Presidente

**Dimas Costa**  
Diretor Cemig Comercialização

**Leonardo George de Magalhães**  
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

**Thadeu Carneiro da Silva**  
Diretor Cemig Geração e Transmissão

**Maurício Dall'Agnese**  
Diretor Cemigpar

**Marney Tadeu Antunes**  
Diretoria sem denominação

**Eduardo Soares**  
Diretor de Regulação e Jurídico

**Mário Lúcio Braga**  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG-47.822

**Carolina Luiza F. A. C. de Senna**  
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações  
Contadora – CRC-MG 77.839

## **Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Cemig Geração e Transmissão S.A.**  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Ênfases

### **Reapresentação dos valores correspondentes**

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3, em decorrência dos efeitos no resultado do trimestre e do período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, de ajustes nas taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica e respectivo efeito nas margens de construção, os valores correspondentes aos respectivos trimestre e semestre, apresentados para fins de comparação, estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.**

Conforme descrito na nota explicativa 13 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 18 de dezembro de 2020 foram aprovados em Assembleia Geral de Credores e homologados pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo os Planos de Recuperação Judicial da controlada em conjunto Renova Energia S.A.- em recuperação judicial e de algumas de suas controladas, cujos efeitos contábeis foram registrados nas demonstrações financeiras da controlada referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Ainda que os efeitos dos planos de recuperação judicial tenham sido aprovados e registrados, existem eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.



## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 16 de agosto de 2021.

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
**CRC-2SP015199/O-6**

Shirley Nara S. Silva  
**Contadora CRC-1BA022650/O-0**